

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

FRANCIS RANIERE SILVA DE SOUZA

**ROMPENDO PADRÕES CULTURAIS: o papel de Idalina Margarida
de Assumpção Meira Henriques na educação da Paraíba do Norte**

**JOÃO PESSOA
2016**

FRANCIS RANIERE SILVA DE SOUZA

ROMPENDO PADRÕES CULTURAIS: o papel de Idalina Margarida de Assumpção Meira Henriques na educação da Paraíba do Norte

Trabalho de conclusão de curso apresentado à banca examinadora, sob a orientação da Prof. Dra. Fabiola Barrocas Tavares como requisito parcial para a conclusão da licenciatura em Pedagogia.

Orientador: Prof.^a Dr.^a. Fabiola Barrocas Tavares

JOÃO PESSOA
2016

S729r Souza, Francis Raniere Silva de.

Rompendo padrões culturais: o papel de Idalina Margarida de Assumpção Meira Henriques na educação da Paraíba do Norte / Francis Raniere Silva de Souza.– João Pessoa: UFPB, 2016.
53f.

Orientadora: Fabiola Barrocas Tavares
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Pedagogia) –
UFPB/CE

1. Feminização - magistério. 2. História da educação - Paraíba.
3. Relatórios provinciais - Paraíba. I. Título.

UFPB/CE/BS

CDU: 37(813.3)(043.2)

FRANCIS RANIERE SILVA DE SOUZA

ROMPENDO PADRÕES CULTURAIS: o papel de Idalina Margarida de Assumpção Meira Henriques na educação da Paraíba do Norte

Trabalho de conclusão de curso apresentado à banca examinadora, sob a orientação da Prof. Dra. Fabiola Barrocas Tavares como requisito parcial para a conclusão da licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Fabiola Barrocas Tavares

Aprovado/a em ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Fabiola Barrocas Tavares
(Orientadora)

Prof. Dr. Luiz Pereira de Lima Júnior.
(Examinador)

Prof^o Dr. Pedro Jusselino Filho
(Examinador)

JOÃO PESSOA
2016

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, por ter me dado forças o suficiente para que eu pudesse chegar a este estágio. Sei que “tudo posso naquele que me fortalece”.

Aos meus pais, pela paciência compreensão e incentivo para que pudesse chegar a esse momento.

A Edilene Cristina, minha namorada, pelo companheirismo, atenção, paciência e, por ter me ajudado ao longo dessa jornada, como também sua compreensão no desenvolvimento do TCC, pois ficamos privados de nos encontrar.

A Danielle, minha amiga, que caminhou junto comigo nesses cinco anos compartilhando conhecimento, e partilhando momentos de muitas alegrias e tristezas, mas, que tudo contribuiu no processo de nossa aprendizagem. Temos a certeza que iremos em busca de novos projetos de vida e muita parceria.

Ao Prof. Dr. Matheus da Cruz e Zica, meu primeiro orientador, por ter despertado em mim o desejo de conhecer os estudos sobre a temática e de idealizar este trabalho. Por suas orientações, por compartilhar experiências acadêmicas, pelo carinho e por ter depositado confiança desde o início dessa parceria.

A Profa. Dra. Fabiola, minha orientadora, que contribuiu para realização desse trabalho, por ter dedicado seu tempo para as orientações e sugestões. Pela calma, boa vontade, entusiasmo e principalmente sabedoria, elemento este que me trouxe até aqui. Os meus sinceros agradecimentos.

Ao Prof. Dr. Pedro Jusselino, um grande profissional, o qual tive a satisfação em ter sido seu aluno. Por compartilhar saberes e por ter contribuído ativamente na realização do meu projeto.

Ao professor Prof. Dr. Luiz Pereira de Lima Junior, pelas suas dicas pelas suas orientações e a sua atenção comigo na realização desse trabalho.

A profa. Dra. Quézia Vila Flor Furtado, por ter oportunizado a realização do trabalho com o projeto de Extensão com adolescentes em condição de vulneráveis. A ela minha profunda gratidão.

Aos meus colegas de cursos, que durante 5 anos estiveram comigo, partilhando e compartilhando os momentos de alegria e satisfação.

Ao meu avô, Sebastião Aurélio Sobrinho, que durante sua vida em que esteve comigo, sempre me apoiava e acreditava nos meus objetivos e sonhos, tenho profunda saudade.

A Divanira, que carinhosamente, chamo de (querida), sempre acreditou em mim e disponibilizava de seu tempo perdendo noites de sono para me ajudar no que fosse possível, no intuito de que eu alcançasse meus sonhos.

A Dona Salomé e seu José Severino, que carinhosamente abriram suas portas e me receberam, no momento que estava muito atarefado das atividades acadêmica, para disponibilizar de um ambiente tranquilo para poder estudar e colocar as atividades em dia, juntamente com sua filha.

A Josenildo Lima, pela sua palavra de apoio, conselhos e principalmente incentivo para que eu pudesse continuar crescendo academicamente tendo sua história de vida como inspiração.

A dona Joseane e seu Francisco que durante esses 5 anos de cursos pude conhecer e que tenho uma profunda admiração e carinho, no qual construímos uma grande amizade.

A Fernanda e sua irmã Fabiana que compartilharam comigo, aventuras dentro e fora da Universidade.

Ao meu Amigo Zildo Fernandes por partilharmos conversas e orientações nos diversos assuntos acadêmicos, por me incentivar nos estudos e profissionalmente, por seus conselhos, sempre muito pertinentes, o meu muito obrigado.

Francis Raniere Silva de Souza

RESUMO

Esse estudo tem como foco apresentar a queda dos padrões culturais, com relação a processo de feminização do magistério no século XIX. A ideia desse trabalho surgiu a partir do projeto de pesquisa, do PIBIC/CNPq, intitulado: “A docência masculina em tempos de feminização do magistério: facetas de gênero no debate sobre profissão docente na Parahyba do Norte – 1860-1920”, desenvolvido na Universidade Federal da Paraíba, coordenado e orientado pelo Professor Doutor Matheus da Cruz e Zica, no período de 2013 a 2014. Essa Monografia tem como objetivo apresentar o contexto da educação do Brasil Colônia, até meados da segunda metade do século XIX, com foco na inserção do feminino na educação, analisando leis e decretos que garantiam seu acesso. Além disso, apresentar uma mulher que é enfatizada nos discursos dos Presidentes da Província da Parahyba do Norte que destacam a relevância da professora de Geografia e História de primeiras letras, Idalina Margarida Assunção Meira Henriques, no quadro do professorado do Colégio Nossa Senhora das Neves, sobretudo no Colégio de Nossa Senhora do Carmo entre os anos de 1859-1870. Para a análise desses documentos, utilizamos como referencial teórico: Saffioti (2013), Bourdieu (2014), que tratam dos estudos de gênero ao longo do processo histórico, assim como também, teóricos que abordam estudos sobre as formas de representações sociais e simbólicas do processo de construção social e cultural, como Ferreira (2012), Cury (2013) Miranda (1987) e Chartieu (2009). Nossa proposta não foi apenas apresentar a figura da professora Idalina como mais uma mulher que teve uma participação ativa no sistema educacional feminino, mas a de apresentá-la como uma pessoa que participou ativamente da instrução feminina, no intuito de dar visibilidade à profissionalização da mulher no espaço público, quando este era de domínio dos homens.

Palavras-chave: Feminização. Educação. Relatórios provinciais da Paraíba e Profissionalização.

ABSTRACT

This study focuses on presenting the fall of cultural patterns, in relation to the process of feminization of teaching in the nineteenth century. The idea from this work emerged from the research project, PIBIC / CNPq, entitled: "The male teaching in times of feminization of magistry: facets of genre in debate about teacher profession in Parahyba of Norte - 1860-1920", developed at the Federal University of Paraíba, coordinated and guided by Professor Doctor Matheus da Cruz and Zica, from 2013 to 2014. This monograph aims to present the context of education in Brazil Colônia, until the mid-second half of the nineteenth century, with focus on the insertion of women in education, analyzing laws and decrees that guaranteed their access. In addition, to present a woman who is emphasized in the speeches of the Presidents of the Province of Parahyba do Norte that highlight the relevance of the teacher of Geography and History of first letters, Idalina Margarida Assunção Meira Henriques, within the professorship of the College Nossa Senhora das Neves, Especially in the College of Our Lady of Carmo between the years 1859-1870. For the analysis of these documents, we use as a theoretical reference: Saffioti (2013), Bourdieu (2014), which deal with gender studies throughout the historical process, as well as theorists who approach studies about the forms of social and symbolic representations of the Social construction and cultural process, such as Ferreira (2012), Cury (2013) Miranda (1987) and Chartieu (2009). Our proposal was not only to present the figure of the teacher Idalina as another woman who had an active participation in the feminine educational system, but to present her as a person who participated actively in the feminine education, in order to give visibility to the professionalization of the woman in the public space, when it was the domain of men.

Keywords: Feminization. Education. Provincial reports of Paraíba and Professionalization.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
CAPÍTULO I - O SISTEMA PÚBLICO DE EDUCAÇÃO BRASILEIRA: EM SEUS PRIMÓRDIOS E A QUESTÃO FEMININA	10
1.1 ORIGEM DO SISTEMA	10
1.2 A EDUCAÇÃO FEMININA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX NA PARAHYBA DO NORTE.....	19
CAPÍTULO II - A INSTRUÇÃO FEMININA NA PROVÍNCIA DA PARAHYBA	27
2.1 FIGURAS FEMININAS NOS DISCURSOS DOS RELATÓRIOS PROVINCIAIS DA PARAHYBA DO NORTE	28
2.2 CONTEXTO E PERSONALIDADES NOS DISCURSOS OFICIAIS DE ALGUNS DE SEUS PRESIDENTES.....	31
CAPÍTULO III - A PROFESSORA IDALINA MARGARIDA DE ASSUNÇÃO MEIRA HENRIQUES	40
3.1 SEU CONTEXTO SOCIAL.....	40
3.2 ESPECIFICIDADES DO COTIDIANO FAMILIAR E PROFISSIONAL	42
CONCLUSÃO	46
REFERÊNCIAS	48
FONTES HISTÓRICAS	50

INTRODUÇÃO

O interesse pelos estudos de gênero surgiu através do projeto de Iniciação Científica PIBIC/PIVIC financiado pelo CNPq/CAPES realizado entre os anos de 2013 e 2014, na Universidade Federal da Paraíba, intitulado: *A docência masculina em tempos de feminização do magistério: facetas de gênero no debate da profissão docente na Parahyba do Norte (1860-1920)*, sob a coordenação e orientação do Professor Doutor Matheus da Cruz e Zica. Nesse projeto nos detemos ao plano de trabalho na análise das seguintes questões: *Qual é o sexo do estado? Relações de gênero e docência através da escrita oficial dos presidentes da Província da Parahyba do Norte (1837-1930)*.

Durante a pesquisa foi encontrado uma personagem feminina que trouxe grandes contribuições para as escolas da então província Parahyba do Norte, durante o século XIX: a professora Idalina Margarida de Assunção Meira Henriques. Ela participou do processo de feminização do magistério nas escolas paraibana, pois foi citada por quase duas décadas entre os anos de 1859 a 1870, nos documentos oficiais dos governos, como alguém que realizava um importante trabalho à frente das primeiras escolas para meninas em João Pessoa, sem ser vinculada a uma congregação religiosa.

Diante dessa constatação encontramos nos escritos oficiais dos presidentes de província vários relatórios exaltando o trabalho da professora Idalina, apesar de ser um período, em que a figura masculina determinava, conduzia e comandava a sociedade.

O estudo sobre a figura de Idalina pode contribuir para o desdobramento da compreensão acerca das relações de gênero na instrução pública da Paraíba na segunda metade do XIX. A insistência em compreender o papel de Idalina tem por objetivo apontar aspectos da história dos estudos sobre gênero, em nosso estado.

Metodologicamente, esse é um trabalho qualitativo, de cunho documental, pois um intenso trabalho de pesquisa foi realizado através das leituras dos documentos apresentados anualmente pelos presidentes de província no período citado acima. Foram 11 relatórios, recolhidos junto ao arquivo público estadual, que disponibilizou a documentação pesquisada, através de acesso digital.

Para a análise desses documentos utilizamos como referencial os teóricos, Saffioti (2013), Bourdieu (2014), que tratam dos estudos de gênero ao longo do processo histórico, assim como também, teóricos que abordam estudos sobre as formas de representações sociais e simbólicas do processo de construção social e cultural, como Pinheiro (2012), Cury (2013) Freire (1987) e Chartieu (2009).

O trabalho está segmentado em três capítulos e a conclusão. O primeiro traz, à tona, aspectos do sistema público de Educação Brasileira, desde sua origem, ao final do Império, afim de situar como se organizava e funcionava a educação brasileira, e como a mulher estava inserida nesse processo.

O segundo capítulo tratou da menção dos presidentes de província da Parayba dos processos educacionais e das escolas de 1859 à 1870, onde aparecem relatos sobre a figura de Idalina e sua atuação na instrução feminina.

No terceiro e último capítulo apresenta sobre o contexto social de Idalina, e qual a posição que a mesma exercia na sociedade. Essa análise foi iniciada no período colonial percorrendo os anos da fase do império, trazendo seus antepassados portugueses, como pano de fundo para situar seus laços familiares e profissionais.

Essa pesquisa pode contribuir para as informações sobre o feminino, como forma de enxergamos as relações de gênero, buscando compreender que a sociedade apresenta aspectos de construção que tem início no âmbito familiar, perpassando pela esfera escolar, sendo disseminada pelo espaço público.

CAPITULO I

O SISTEMA PÚBLICO DE EDUCAÇÃO BRASILEIRA: EM SEUS PRIMÓRDIOS E A QUESTÃO FEMININA

1.1 ORIGEM DO SISTEMA

As primeiras iniciativas da educação como instrução pública no Brasil, ocorreram ainda no período colonial, sendo conduzidas e formadas pela Companhia de Jesus. Neto e Maciel (2008) apontam que essa ordem religiosa da Igreja Católica, fundada na Europa em 1540 por Inácio de Loyola, está ligada ao movimento da contra reforma. Assim era propósito dessa ordem religiosa combater igrejas protestantes e ampliar o número de fiéis com os povos do novo mundo, sendo esse o motivo da vinda dos jesuítas, para o Brasil. A ação dos jesuítas, no entanto, tomou também outro rumo, pois:

[...] destina-se à transformação do indígena em “homem civilizado”, segundo os padrões culturais e sociais dos países europeus do século XVI, e à subsequente formação de uma “nova sociedade”. Essa preocupação com a transformação do indígena em homem civilizado justifica-se pela necessidade em incorporar o índio ao mundo burguês, à “nova relação social” e ao “novo modo de produção”. Desse modo, havia uma preocupação em inculcar no índio o hábito do trabalho, pelo produtivo, em detrimento ao ócio e ao improdutivo (NETO, MACIEL 2008, p. 174).

Com a criação de escolas nas Missões, os Jesuítas apresentavam o universo das letras para catequizar os nativos. Nesse sentido os jesuítas estruturaram nas Missões uma obra educativa destinada aos indígenas, onde se utilizava o plano Nobrega, pela qual promoviam, da educação elementar, aos cursos técnicos.

Entretanto, para os nativos através dessa perspectiva inovadora de ler, escrever, e contar, os Jesuítas iam proporcionando aos índios uma nova visão de mundo. Esses acreditavam que os índios eram politeístas, e levar a esses povos a palavra de Cristo seria uma redenção para suas almas.

Nesse Sentido, Paiva (2007) lembra que as letras deviam significar adesão plena da cultura portuguesa. A Europa, no entanto era a principal referência de cultura, evidentemente que as lideranças da Companhia de Jesus também iriam seguir os padrões de Portugal.

Os jesuítas achavam importante instruir os índios porque eles acreditavam que os nativos eram um povo sem cultura, assim a partir dos registros escritos, os nativos deveriam assumir outra identidade. Alguns historiadores da educação, como Franca

(1952) e Paiva (2007) apresentam que os jesuítas ressaltavam que, se faz cultura através das letras, pois os índios poderiam educar seus filhos, a partir do momento em que eles também fossem instruídos.

Outra ação educativa se direcionou para a elite nacional, aos filhos homens dos latifundiários e colonos. Essa ocorreu nos colégios secundários dos jesuítas, onde esses tinham o privilégio de fazer seu complemento nas universidades da Europa, bem como seguirem formação nos seminários para manter os quadros da congregação, já que na tradição dessa sociedade colonial, havia a norma de ter um dos filhos das famílias da elite, como membro da Igreja. Nessa perspectiva Paiva (2007) ressalta:

Desde que chegaram ao Brasil, os Jesuítas estabeleceram escolas e começaram a ensinar a ler, a escrever, e a contar. Nobrega, em sua primeira carta do Brasil, o atesta. “O colégio, contudo, era o grande objetivo, porque com ele preparariam novos missionários. Apesar de inicialmente, o colégio ter sido pensado para os índios – já em 1551 se dizia “este colégio (...) será bom para recolher os filhos dos gentios” e cristãos para os ensinar e doutrinar (p.43).

Nesse sentido, dois tipos de planos para educação eram encontrados no Brasil, para os indígenas adotava-se, nas Missões, o método de ensino elaborado por Nobrega, e, o outro para elite ocorria nos colégios jesuítas, através do Ratio Studiorum, plano e organização dos estudos secundários. Nestes se,

[...] organizava os estudos da Companhia, estabelecia em pormenores o currículo do colégio. A Gramática média; a Gramática superior; as Humanidades; a Retórica. Havia ainda a Filosofia e a Teologia para quem se preparasse para o sacerdócio. A presença greco-romana é incontestável. (PAIVA 2007, p. 44)

Os jesuítas estavam convictos que as iniciativas educacionais seriam de suma importância para as gerações futuras, e que poderiam gradativamente instruir indígenas e homens livres juntos.

É interessante que, as primeiras ideias em busca de instruir as mulheres partiram dos índios, pois eles não enxergavam as mulheres como um ser inferior e insignificante, assim como os viam os europeus, que achavam que as mulheres não deveriam ser instruídas. De acordo com Ribeiro (2007, p. 80):

Entretanto, por ironia, a primeira reivindicação pela instrução feminina no Brasil partiu dos indígenas brasileiros que foram ao Pe. Manoel de Nóbrega pedir que ensinasse suas mulheres a ler e escrever. O padre sensibilizado, mandou uma carta a Rainha de Portugal, Dona Catarina, ainda no início da colonização solicitando educação para as indígenas

alegavam que, e a presença e assiduidade feminina era maior nos cursos de catecismo, por que elas não podiam aprender a ler e escrever? O próprio Pe. José de Anchieta escrevia nas cartas de Piratininga que, nos encontros de conversão da catequese, o concurso e frequência das mulheres é maior.

Ou seja, os índios não observavam suas mulheres como uma ameaça, tal como ocorria pela tradição machista oriunda da Europa. Os índios viviam em comunhão uns com outros, onde homens e mulheres tinham iguais direitos ao saber.

A cultura europeia não permitia que as mulheres tivessem acesso à instrução, queriam que elas permanecessem na ignorância por acreditarem que elas ofereciam algum perigo.

As ideias para ampliação de instrução para as mulheres nativas acabam sendo barradas pela Rainha de Portugal Dona Catarina, que vê o projeto como insignificante para o contexto da época, já que nem mesmo as mulheres de Portugal teriam acesso à instrução, como então permitir instrução para as índias? Ribeiro (2007) ressalta que:

A Rainha de Portugal, Dona Catarina, negou a iniciativa, qualificando-a de ousada devido às “consequências nefastas” que o acesso das mulheres indígenas à cultura dos livros da época pudesse prestar. No século XVI, na própria metrópole não havia escolas para menina. Educava-se em casa. As portuguesas eram, na sua maioria analfabeta. Mesmo as mulheres que viviam na Corte possuíam pouca leitura, destinada apenas aos livros de reza. Por que então oferecer educação para mulheres “selvagens” em uma colônia tão distante e que existe para o lucro português? (p. 81)

Nesse sentido, a Coroa Portuguesa via como um perigo, tenebroso o acesso das mulheres de uma terra recém-colonizada à instrução. Enxergavam essa ideia como ousada em um momento em que o único objetivo dos portugueses era explorar as terras brasileiras, para obter o lucro necessário para enriquecer a Coroa. Mesmo com a determinação em privar as mulheres indígenas a ter instrução juntos com os homens, proibido pela Corte, algumas dessas mulheres tiveram acesso à leitura e a escrita, como no caso de Catarina Paraguassu, mulher de Caramuru, quando em 1561, escreveu uma carta de próprio punho para Nóbrega, conforme comenta Nilda Inês M. Ribeiro, no texto “mulheres educadas na colônia” do Livro “500 anos de Educação no Brasil”, organizado por Lopes, Farias Filho e Veiga (2007).

A companhia de Jesus manteve suas atividades por 210 anos no Brasil, durou até 1759, pois Marquês de Pombal expulsou os jesuítas de todos os domínios da Coroa portuguesa. Segundo Lugon (1977, p. 297,298)

Logo após a guerra guarani, tão pouco gloriosa para Portugal, Marquês de Pombal deixou-se dominar, de fato, pelo ódio aos jesuítas. A resistência dos guaranis reduzira praticamente a nada o famoso tratado. Para uma conquista ilusória, Portugal gastara vinte seis milhões de cruzados. A afronta era dolorosa, e os jesuítas deviam expiá-la. A raiva de Pombal descarregou-se primeiro na Relação Abreviada da Republica dos jesuítas. Obras de aparência erudita e panfletos vulgares vieram de novo a lume em Portugal, na Inglaterra, França e Espanha. Os autores dirigiam-se aos reis, aos bispos, ao próprio papa. Os padres eram tratados de intrigante, religiosos revoltados contra todo o poder, porque tinham apoiado o direito dos guaranis.

Nesse sentido, a guerra dos guaranis, que foi um confronto direto entre indígenas e os colonos, esses de descendência espanhola e portuguesas por delimitação de terras, no período de 1753, fez com que Pombal tivesse aversão Jesuítas e desse pôr fim ao tratado com a companhia, já que os jesuítas além de instruírem, conscientizaram e armaram os nativos contra os colonos. Com essas iniciativas os padres jesuítas foram considerados rebeldes, que incitavam os indígenas contra a metrópole. Isto fez com o que Marquês de Pombal os expulsassem em 1759. Clovis Lugon (1977, p. 298) no seu livro “A República Comunista Cristã dos Guaranis,” acentua que: “em 1759, Pombal desejou expulsar os Jesuítas de todos os domínios da coroa portuguesa”, como ocorreu.

A esperança de recuperar a posse das reduções orientais após a guerra dos guaranis foi reconquistada com a expulsão dos jesuítas, que chegou a ser extinta como congregação por Roma. Aparentemente Portugal estava se livrando de um problema, por compreender que os Jesuítas eram uma ameaça ao domínio de Portugal no Brasil, tendo em vista que poderiam incentivar a ação de libertação da colônia brasileira do poder da metrópole lusitana, entretanto, o que também estaria de fato acontecendo a partir desse momento, era a ruptura no sistema educacional para os brasileiros, algo que interessava à coroa portuguesa.

Com a expulsão dos Jesuítas, o sistema educacional brasileiro foi destruído, os cursos que eram proporcionados pelos missionários da companhia de Jesus foram trocados por um ensino fragmentado e disperso através das “Aulas Régias”, que aparecem somente em 1772, treze anos depois, da expulsão dos jesuítas, fruto da Reforma pombalina. Esse novo sistema foi implantado no Brasil, para a rede pública. A partir desse momento a instrução pública passa a ser comandada pelo Estado e não mais pelos religiosos. Nessa perspectiva Seco e Amaral (2006, p. 3), destacam:

As aulas régias eram autônomas e isoladas, com professor único e uma não se articulava com as outras. Destarte, o novo sistema não impediu,

a continuação do oferecimento de estudos nos seminários e colégios das ordens religiosas que não a dos jesuítas (Oratorianos, Franciscanos e Carmelitas, principalmente).

A partir desse período a colônia brasileira fica sem seu sistema educacional público e sem nenhum currículo. As aulas que aconteciam ficavam sendo distribuídas de maneira desorganizada. Para Fernando de Azevedo (1964), conforme cita Seco e Amaral, (2006, p. 5) essa foi “a primeira grande e desastrosa reforma de ensino no Brasil, tingindo muito superficialmente a vida escolar brasileira, imprimindo, na educação, meio século de decadência e transição.” Mas mesmo diante dessa conjuntura, existiam colégios e seminários de caráter religioso e privado, bem como aulas avulsas particulares, nas quais só tinham a oportunidade de estudar os filhos homens de colonos. Desse modo, se abre espaço para que a iniciativa privada particular na educação se instaure no Brasil.

O sistema público elementar de ensino que funcionou a partir de 1789 a 1822, conhecido por aula régia, era mantido pelo imposto Subsidio Literário, que se recolhia das vendas de carne fresca, bebidas, vinho e água ardente. Como esses recursos tinham dificuldades de serem recolhidos, era designado um funcionário da coroa, encarregado de recrutar e pagar o salário dos professores, porém não se conseguia manter o financiamento desse sistema educativo de modo regular. Esses professores davam aulas de conteúdo do ensino secundário por matérias específicas, como Latim, grego filosofia, entre outras. As aulas muitas vezes ocorriam nas dependências de suas casas, pois era de responsabilidade dos professores, também, oferecer as instalações para os cursos.

Uma grande mudança ocorreu em 1808 no Brasil com a chegada da corte Portuguesa, já que vários setores vão ser radicalmente alterados, como, o econômico, o político e o educacional, sem falar de todas as alterações na estrutura social da elite brasileira. A Principal preocupação do Rei de Portugal ao chegar aqui era estruturar no Brasil, o comércio internacional que ocorria em Lisboa, pois logo que chegou ele aprovou a abertura dos portos brasileiros para o comércio internacional, especialmente com a Inglaterra.

Durante período de Reino Unido a Portugal e Algarves de 1808 à 1822, foram tomadas iniciativas nos âmbitos do sistema educacional público. Na cidade sede da Corte, o Rio de Janeiro passou a funcionar um sistema modelo de instrução básica organizado com curso primário, secundário e superior.

Alguns cursos superiores foram criados, no Brasil antes mesmo da independência. Foram os cursos da Academia Real da Marinha (1808), a Academia Real Militar (1810),

a Escola Reais de Ciências, de Artes e Ofícios (1822) e dois colégios de Medicina e Cirurgia, no Rio de Janeiro e em Salvador (1808). (XAVIER, 1994) Esses foram pensados não para classes populares, mas para era a elite, principalmente a nobreza vinda de Portugal.

Assim, uma grande reforma no modelo educacional público, criado por Pombal, foi conduzido com a chegada da corte ao Brasil, pois passamos a contar com o ensino superior, cursos técnicos e um modelo de sistema básico de instrução, como curso primário e secundário. Sabemos, no entanto que estavam voltados somente para os nobres, porém aos poucos o direito à educação passou a ser reivindicado pela população como um todo. Todas essas novidades no âmbito da educação, todavia, estava restrita aos homens, pois foi mantido o preconceito colonial de não instruir as mulheres.

A independência no Brasil ocorreu como um arranjo entre as elites que apoiam Dom Pedro I, após o retorno de Dom João VI a Portugal em 1822, por causa da revolução do Porto. A aristocracia rural brasileira deu segmento a independência do Brasil de forma que não afetasse seus privilégios, retratado pelo latifúndio e pela escravidão. A independência foi uma construção vertical, no intuito de manter a unidade nacional, mas, sobretudo conciliar os desacordos existentes no centro da própria elite rural, afastando setores mais excluídos da sociedade, como é o caso dos escravizados e a população trabalhadora pobre em geral.

A elite brasileira estava preocupada com seus interesses econômicos e em resistir contra o retrocesso à condição de colônia proposto pela revolução do Porto, valia à pena então, romper com Portugal, mesmo havendo o desgaste social e político na conjuntura em que se encontrava o país, pois as conquistas advindas com a posição de Reino Unido, não seriam anuladas com a independência. Em relação à educação, Xavier (1994) destaca:

A proclamação da independência formalizou a emancipação no plano político, e como não poderia deixar de ser, após ela colocou-se a questão da construção de um Sistema Nacional de Instrução Pública, pois, o país havia chegado à emancipação política destituído de qualquer forma organizada de educação escolar. Saía do período colonial com algumas poucas aulas Regias insuficientes e sem currículo regular, e com algumas escolas de nível superior criadas na fase joanina.

Saviani (2006, p. 01) em um artigo apresentado sobre a política educacional do Império, apresenta:

Compreendendo quatro momentos: o primeiro (1823-1827) é a fase dos debates sobre as grandes questões instituidoras da nova nação, onde a instrução pública ocupa um lugar importante, ao menos no âmbito das proclamações; o segundo (1827-1854) transcorreu sob a égide da lei das

escolas de primeiras letras, cuja tentativa de implantação em âmbito nacional transferiu-se do governo central para os governos das províncias a partir do Ato Adicional à Constituição imperial, promulgado em 1834; no terceiro momento (1854-1867) a política educacional trará como elemento característico o princípio da obrigatoriedade do ensino, instituído pelo Regulamento de 1854; finalmente, o último período (1867- 1886), que tem em seu centro o decreto de 1879 que promulgou a reforma “Leôncio de Carvalho”, será fértil em debates ligados à ideia de se organizar a educação em âmbito nacional.

Saviani (2006) aponta nesses quatro momentos aspectos que foram importantes a instrução pública no período dos oitocentos, momentos em que se fortaleciam a discursão no âmbito social perante a classe dominante, sendo um despertar da importância da educação, para o seu crescimento do país.

Desde meados do período oitocentista, os discursos acerca da instrução pública, foram sendo ressaltados pela classe dominante e política da época. Na primeira Constituição de 1824, que durou por todo período Imperial, a instrução pública é destacada no art. 179, que diz: “A Instrução primaria e gratuita a todos os Cidadãos.” Mais da metade da população do XIX, todavia, era de pessoas pobres e escravas, além disso, as mulheres não estariam inseridas nesse contexto de cidadania. Elas ainda carregavam os estigmas do passado colonial, em que deveriam permanecer sem instrução. Os discursos oficiais do império quando a questão feminina seguia os mesmos da colônia, mesmo após a independência de Portugal. Segundo Ribeiro (2007, p. 81) “A educação “letrada”, no entanto estaria reservada ao sexo masculino,” que se delimitava aos homens da alta sociedade.

Na constituição de 1824, no artigo 179, no inciso XXXIII declara-se que nos “*Collegios, e Universidades, serão ensinados os elementos das Sciencias, Bellas Letras, e Artes*”. Fica perceptível nessa carta magna a preocupação apenas quanto ao ensino superior oferecido exclusivamente para a elite.

A primeira iniciativa voltada para a educação feminina no Império foi colocada no artigo 11, da lei 15 de outubro de 1827, onde se expressa: “Haverão escolas de meninas nas cidades e vilas mais populosas, em que os Presidentes em Conselho, julgarem necessário este estabelecimento”. Vale salientar, que a efetivação desse discurso acerca da educação feminina, ainda pautado nas limitações de seu funcionamento nas províncias do Império, ficou por muito tempo indefinido. Isso porque a lei não obrigava a oferta de escolas de instrução para as mulheres, já que essa iniciativa ocorria conforme a necessidade de seus representantes políticos.

É importante lembrar que o Ato Adicional de 1834 editado na Regência, devido a contenção dos recursos pelas revoltas ocorridas no período, declara que a responsabilidade pela organização da instrução primária e secundária ficou a cargo das províncias. Já o ensino superior ficou, nessa mesma norma, sob a incumbência do poder imperial. Isso perdurou de 1834 até o período da primeira República, mesmo havendo acabado os impasses com as revoltas, ou seja, continuou havendo contenção de recursos da União para a educação básica. Assim onde se esperava mais atuação do Estado para melhoria do nível elementar do sistema educacional, por ser precário, os políticos da época transferem as responsabilidades para as províncias, que, sofriam com a falta de recursos para manter as várias demandas sociais e econômicas que eram de suas responsabilidades.

Um grande entrave era também formar o corpo de profissionais para lecionar nos estabelecimentos voltados ao público feminino, pois conforme os preceitos católicos da época, homens não poderiam ser professores das meninas, o que quase impossibilitava o funcionamento dessas escolas, já que as mulheres não tinham acesso à instrução e assim não podiam frequentar os cursos de formação de professores. Esses só foram oferecidos à partir de 1835, ou seja, pouco mais de uma década da promulgação da lei que normatiza a educação feminina sancionada em 1827, e da constituição de 1824.

Essas escolas determinadas na Lei de 1827 foram, mesmo assim importante, pois a partir dessa lei foi surgindo uma rede paralela de escolas voltada para o sexo feminino, com um currículo diferenciado. Entretanto, no artigo de 12, ao se referir as professoras, se destaca que:

Art. 12. As Mestras, além do declarado no Art. 6º, com exclusão das noções de geometria e limitado a instrução de aritmética só as suas quatro operações, ensinarão também as prendas que servem à economia doméstica; e serão nomeadas pelos Presidentes em Conselho, aquelas mulheres, que sendo brasileiras e de reconhecida honestidade, se mostrarem com mais conhecimento nos exames feitos na forma do Art. 7º (LEI FEDERAL DE 1827. Art. 12).

Em linhas gerais, a instrução das mulheres nessa primeira aparição no processo legal estava ainda contida no mesmo controle dos discursos dos homens, proferidos ainda no período colonial, em que se percebe que a instrução para as meninas estava restrita à uma educação para o lar de prendas domésticas, acrescida das quatro operações matemática, e do ensino das primeiras letras.

A educação da mulher a partir desse momento, contudo, vai aparecendo gradativamente nos discursos políticos. Zica (2011, p. 59) destaca: “Novas faces do

masculino eram possibilitadas e traziam consigo também, é evidente, novos modos de compreender o lugar do feminino e das mulheres”. Ou seja, a mulher vai ampliando seu espaço no meio social, ampliando sua atuação para além do espaço doméstico, partir de uma nova postura masculina que surge no século XIX.

No artigo 5 da lei de 15 de outubro 1827, ainda ressalta como nos espaços escolares devem ser ministrados as aulas e método de ensino. Nesse artigo se comenta:

Para as escolas do ensino mútuo se aplicarão os edifícios, que couberem com a suficiência nos lugares delas, arranjando-se com os utensílios necessários à custa da Fazenda Pública e os Professores que não tiverem a necessária instrução deste ensino, irão instruir-se em curto prazo e à custa dos seus ordenados nas escolas das capitais.

Conforme declara esse documento fica determinado que as escolas passassem a funcionar em espaços determinados pelo poder público, ficando localizados em edifícios e casas privadas. Era comum, todavia, que as aulas fossem ofertadas nas casas de professores, ou em locais inadequados, com as frequências de muitos meninos dentro de um pequeno espaço, já que ao manter o modelo das aulas régias, continuou-se a estar a cargo do professor, oferecer também local para as aulas. Não era de se admirar que alguns alunos desistissem, pela precariedade do estabelecimento e pela falta de preparo dos professores, pois não havia escolas normais preparatórias em todas as províncias para o exercício da função. Além disso, o método de ensino era mútuo, ou seja, adotou-se o método Lancaster, que utilizava a monitoria para suprir a falta de professores qualificados.

A presença da mulher nos cursos de formação de professores, mesmo duas décadas após a independência ainda aparecia de forma muito tímida no espaço educacional. Stamatto (2002, p. 4) destaca ao falar dos cursos Normais.

(...) que a da Bahia foi criada em 1836, só começou a funcionar em 1843 e dizia admitir mulheres em ‘um curso especial’. De 1842 a 1847, teve oitenta e três alunos 68 homens e 15 mulheres (1989, p.48). Talvez esta tenha sido a primeira escola de formação para o magistério feminino do país.

O que mais chama atenção na fala da autora, diz respeito à escola Normal em Niterói, criada em 1835, pois só após oito anos depois, em 1843, é que essa é regulamentada, denotando que as autoridades das províncias não estariam com nenhuma pressa em possibilitar uma formação docente adequada.

De acordo com Stamatto (2002) pouco mais de um quarto dos alunos matriculados era de mulheres que estariam nesse espaço escolar nos anos finais da primeira metade dos oitocentos. Já o Liceu é criado em 1836 e tem sua abertura no ano seguinte. Esse curso tinha a proposta de oferecer o ensino secundário, sendo voltado para a educação da elite masculina.

O que se percebe nos discursos, é a priorização na criação desses estabelecimentos masculinos, para a ampliação do conhecimento dos homens detentores do poder, formando os intelectuais da sociedade, pois só para eles havia a possibilidade de acesso ao ensino superior. Castro e Lopes, (2002, p. 2) destacam que: “A instrução tinha o papel de estabelecer o domínio da classe dominante ociosa que acumulava riquezas a partir do trabalho escravo”. Ao que parece a elite nacional, não teria interesse em desenvolver um avanço a passos rápidos na melhoria da educação elementar, para ambos os sexos nas províncias, pois muito do que estava escrito nas leis e decretos ficava apenas no papel. Mas, esse cenário tornou-se significativo no momento que o país passava por transformações, onde ganhava forças os discursos no âmbito político que abrem espaços para a atuação da mulher e para a educação feminina.

1.2 A EDUCAÇÃO FEMININA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX NA PARAHYBA DO NORTE

A província da então Parahyba do Norte, no Brasil Império, sofreu mudanças nos âmbitos políticos, sociais e econômico. Na instrução pública, perdurava, assim como nas outras províncias, uma precarização em seu sistema. Na província paraibana, vigorava um modelo precário de escola pública, já que nas primeiras décadas do XIX, existiam apenas cadeiras isoladas. Temos, de acordo com Cury, Martins e Silva (2012, p.111) que: “podemos considerar as cadeiras isoladas como um modelo de organização escolar para o período, e nesse sentido podemos entendê-las como um tipo de instituição escolar.”

O ensino era ministrado na forma de cadeiras isoladas, onde as aulas para o ensino primário e secundário do sistema público funcionavam sem uma estrutura articulada de conteúdo, em instalações cedidas, sem que fossem construídas especificamente para a educação. As aulas eram oferecidas em localidades onde o presidente da província julgava necessário, de acordo com o decreto de 15 de outubro de 1827. Essas cadeiras isoladas davam sequência ao modelo de aula régia, criado pela reforma pombalina, em 1772, para o ensino primário e secundário.

O método de ensino aplicado na Paraíba como em todo o Império, pelos professores ainda consistia no ensino mútuo. Nele se fazia com que os alunos mais adiantados instruísem aqueles que ainda não sabiam ler, escrever e contar, mas estes deveria ter uma orientação prévia do professor. A origem desse método refere-se ao inglês Joseph Lancaster, que tinha por objetivo instruir de modo rápido e barato, a sociedade inglesa mais carente, preparando-a para o trabalho industrial. No império esse método de ensino foi adotado colado na Lei de 1827, no artigo, 4 que dizia: “As escolas serão de ensino mútuo nas capitais das províncias; e serão também nas cidades, vilas e lugares populosos em que for possível estabelecerem-se” (Lei federal de 1827 art. 4) Ou seja, desse modo estava autorizado o professor leigo a atuar em todo o território brasileiro, já que bastava ser um aluno adiantado para se tornar professor.

Diante desse contexto o Presidente da Província da Parahyba, no ano de 1843, senhor Ricardo José Gomes Jardim, aponta críticas sobre esse ensino implantado no Brasil. Ao declarar,

O ensino mutuo nunca existio rigorosamente no Brasil, por que a mesma Escola Normal, que estabeleceu-se na Corte em 1823, consta não tê-lo praticado em toda perfeição. Na Côrte, e em quasi todas as Províncias, tem-se procurado remediar a falta de inspecção efficaz sobre as aulas de primeiras letras, e reconhecido a vantagem que haveria em sujeital-las a huma inspecção central que reduzisse todas a um systema uniforme (RELATORIO DO PRESIDENTE DA PROVINCIA DA PARAHYBA DO NORTE, 1843, p. 16).

O Presidente destaca ainda que, se esse ensino mútuo não funcionava de modo eficiente nem na Escola Normal, fundada no Rio de Janeiro, considerada como uma escola modelo da Corte Portuguesa, que dizer das aulas na Província da Parahyba? Esse modelo de ensino, ao que parece foi implantado como forma de oferecer à sociedade uma programação pedagógica, já que o Brasil se encontrava sem nenhum referencial, desde a expulsão dos jesuítas em 1759.

Nesse método os alunos eram passivos de castigos rigorosos, como mostra o artigo 15, da mesma lei, que dizia: “Estas escolas serão regidas pelos estatutos atuais se não se opuserem a presente lei; os castigos serão os praticados pelo método Lancaster” (Lei Federal de 1827 art. 15). A preocupação em definir as punições denota sua concepção conservadora quanto à aprendizagem do aluno.

Em relação ao professorado, tendo em vista que essa lei regulamentou o profissional leigo, o que se percebia era uma falta de preparação para o exercício do magistério. Homens que tivessem algumas noções básicas de leitura e escrita estariam

aptos a exercerem a função na instrução elementar. Araújo (2012, p. 65) destaca na fala do diretor da instrução pública de 1884 “[...] que a formação para o magistério necessitava transcender o padrão dominante da época: saber ler, escrever e contar.” Ou seja, o que estava acontecendo não era satisfatório para a época, pois a solução de absorver professores leigos acabava sendo um problema ainda maior, pelo fato de que a instrução não caminhava de forma adequada.

Além disso, havia as influências de grupos políticos que agiam nas escolhas dos professores e assim faziam com que a instrução elementar ocorresse de maneira desqualificada, mas o professor do ensino elementar, gradativamente foi se tornando uma categoria profissional. Sobre esse entendimento Rodrigues (2012) apresenta no seu trabalho sobre os traços da profissionalização do magistério na Parahyba do Norte, que o clientelismo estava presente na política local, pois:

A criação de cadeiras e sua “provisão” por professores oriundos dos grupos de confiança ou de parentela dos políticos e, não raro, apadrinhados e nomeados interinamente, representavam uma forma de garantir a popularidade desses políticos, de justificar seu empenho e poder, ou seja, consubstanciar a ingerência dos coronéis na vida pública (RODRIGUES apud PINHEIRO, 2012, p. 30).

A ingerência política tornava-se clara no momento em que os políticos escolhiam essas pessoas, e ainda se vangloriavam em seus discursos, ao destacarem que estariam fazendo uma “melhoria” na instrução pública, com essas indicações.

É frequente a alusão dos políticos sobre a educação em seus relatórios. Esses políticos descreviam anualmente nos relatórios a importância da instrução ou a precariedade dela, como forma de tanto exaltar sua relevância, quanto de explicar a má situação e de se livrar de culpa diante do atraso em que se encontrava a instrução pública. Na tentativa de fazer análise sobre essa questão, temos o olhar de Cury, Martins e Silva (2012 p 115) que situa: “a importância que havia em ressaltar a instrução nos discursos oficiais como alavanca social que deveria vincular valores relativos a vida privada, aos valores que se pretendia configurar em espaços públicos.” Esses mesmos autores, Cury, Martins e Silva (2012) ao investigar o cotidiano instrucional, no mesmo período analisado no nosso trabalho, apontam:

“É notório destacar também, que a situação econômica da Parahyba no Oitocentos esteve calcada em baixos valores orçamentários que deixavam, muitas vezes, a questão instrucional em segundo plano, apesar de sua relevância para a mocidade brasileira”, Ideia expressa nos

documentos oficiais e não oficiais com os quais temos trabalhado (CURY, MARTINS e SILVA 2012, p. 115).

No Império o Brasil foi dividido em apenas duas regiões, Norte composta pelas províncias do: Ceará, Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Norte, Mato Grosso, Goiás, Acre, Pará, Maranhão Amazonas, Sergipe, Paraíba e Piauí, Sul: São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, e Santa Catarina. Essas províncias sofriam com os escassos recursos voltados para a instrução pública, mas deixavam uma lacuna muito maior quando os recursos e investimentos eram para o ensino elementar, e deixando a desejar ainda mais, no que se refere à educação feminina.

Em se tratando da inserção da questão da mulher na instrução pública na província paraibana, notamos, em nosso trabalho, que as mulheres quase não aparecem nos discursos oficiais na primeira metade do período oitocentista. Os dados sobre a instrução feminina só constam nas estatísticas de números totais de cadeiras isoladas, quando o diretor de instrução apresenta números de meninos e meninas frequentando as aulas, já no ano de 1842. Considerando que na história brasileira as mulheres foram por muito tempo excluídas da vida pública, se compreende essa ausência de referência, já que consta que a educação feminina começa a aparecer nos discursos políticos apenas a partir da lei de 15 outubro 1827, mas de forma discreta. Diante desse quadro é importante ressaltar que nossa sociedade era marcada pela predominância masculina. Através do relatório apresentado de 1842, é notável a discrepância entre o número de alunos que frequentam a escola, para um e outro sexo. Nesse sentido, de acordo com o Presidente da Província, Pedro Rodrigues Fernandes, Chaves em 1842, destaca a frequência de meninos e meninas.

Achão-se providas duas cadeiras de latim, vinte de primeiras letras e duas de Meninas, sendo aquelas frequentadas por 601 meninos, e estas por 55 meninas como mostra o Mappa. 4 organizado sobre os dos professores e professoras, remetidos os trimestres a Presidencia (RELATORIO DOS PRESIDENTES DE PROVINCIA DA PARAHYBA, 1842, p. 12).

Temos em mais de dez vezes o número de meninos estudando, do que de meninas, diante desse quadro constatamos a grande diferenciação de acesso entre os meninos e meninas. Mesmo depois quase duas décadas, da publicação da lei de 1827, onde se normatizava a educação feminina determinando como ela deveria ser feita na educação pública, ainda temos esse quadro crítico. Desse modo, percebe-se que os políticos continuavam negligenciando a inserção das mulheres na instrução. Além disso, os

relatórios apresentados pelos presidentes não apresentavam dados fiéis, pois alguns números não coincidiam com os números apresentados na relação entre meninos e meninas e professores e professoras. Um exemplo está no relatório de 1842, onde se apresenta o número de professores e meninos matriculados, mas não de professoras e meninas matriculadas.

Outro exemplo refere-se a dados apresentados por diferentes presidentes da província. O sucessor de Pedro Rodrigues Fernandes Chaves foi no ano seguinte, de 1843, o Presidente Ricardo José Gomes Jardim, que em seu relatório apresentava números de alunos e alunas distintos daqueles que seu colega apresentara. No relatório, de Ricardo José Gomes Jardim do ano de 1842, consta que o número de meninos frequentando a escola de primeiras letras era de 600 meninos e de 43 meninas, ou seja, um pouco diferente daquilo que tinha sido apresentado no relatório anterior de Pedro Rodrigues Fernando Chaves. Percebe-se que cada um desses governantes queria mostrar que seu governo era o melhor, assim alteravam os dados dos problemas educacionais que estavam acontecendo na província paraibana.

Esse mesmo Presidente, Ricardo José Gomes Jardim, chama atenção em relação à instrução feminina, comentando em seu relatório de como ela estaria sendo ofertada para inserção das meninas, na Paraíba e em muitos lugares do Império. O presidente ressaltou:

Tenho pois mandado alugar huma casa apropriada a este mister, e espero que contempleis no orçamento a precisa quantia para o seu aluguel. Sei que foi o estado financeiro da Província que motivou a supressão das cadeiras de primeiras Letras para Meninas creada nas principais villas da Província pela Resolução de 20 de junho de 1834, sobre posposta do extinto Conselho Geral, mas julgo dever lembra-vos a necessidade de ir pouco a pouco restabelecendo aquellas aulas, segundo força dos cofres, pois que os inconvenientes de falta da instrução gratuita para o sexo feminino são muito mais graves do que para o masculino, que acha menos estorvos em aproveitar-se dos mestre particulares; accrescendo a isto que em quanto Mães de família não poderem começar por si mesmo a educação elementar de seus filhos desde os primeiros annos, não devemos esperar progresso na educação, a qual, depois da tenra idade mal pode ser suprida pela instrução secundaria ou superior, e pela pratica do mundo (RELATORIO DOS PRESIDENTES DE PROVINCIA DA PARAHYBA DO NORTE, 1843, p. 17).

Como já dissermos, assim como nesse relatório e tantos outros apresentados, se comprova que, quando se tinha que fazer um corte financeiro no orçamento, uma área que sofria era a educação e, em especial a instrução feminina. Esse Presidente, no entanto, achou necessário tirar a província do “prejuízo”, restabelecendo assim a Resolução de

1834, que dizia: “Aprova a Resolução do Conselho Geral da Província da Parahyba, que cria várias cadeiras de primeiras letras para o sexo feminino”.

Sabemos que, devido à precarização na instrução pública para mulheres na província, o seu outro acesso era a educação nos conventos e nas escolas particulares. Isso ocorreria não só na Parahyba, mas também acontecia por todo o Império, como afirma Pinheiro (2012, p. 58) que dizia: “A existência de escolas de instituições particulares no Brasil remonta ao século XVIII especialmente, mantida pela igreja Católica (jesuítas, franciscano, beneditinos e carmelitas).” Nem todas as mulheres teriam o acesso a esse tipo de instituições, que eram voltadas para a formação das freiras ainda assim, o acesso feminino era limitado ao ensino de primeiras letras. Então, poucas eram as meninas, filhas de senhores latifundiários e de políticos que tinham tido condições para estudar nas escolas particulares.

Percebermos nos discursos voltados para a educação das mulheres um forte caráter machista, nos quais se declaram que elas deveriam ser educadas para a educação do lar. Consta nos textos marcas de predominância masculina, não só na primeira metade, mas também na segunda, do século XIX. Nesses documentos se apontam que as mulheres deveriam ser instruídas também com o intuito de educarem especialmente seus filhos homens. Desse modo, o que se pensava nessa conjuntura era que os futuros homens estariam promovendo o progresso do país, pois havia a preocupação de instruí-los, preparando-os para as profissões, já para as meninas queriam que continuassem limitadas ao lar. O presidente da província de 1862, Dr. Francisco d'Araujo Lima, também diz algo a respeito sobre essas questões.

Se é urgente regenerar o ensino na parte concernente ao sexo masculino não é menos atender ao do feminino. A educação de ambos deve andar associada; nem acho possível realizar uma sem a outra. Quanto a instrução que recebem nas escolas primarias as classes inferiores, entendo mesmo que é mais profícua a da mulher, a qual, convertida em mãe de família torna-se a verdadeira mestra dos seus filhos, a monitora doméstica, do que a do homem, cuja atividade é absorvida pelos cuidados da vida exterior (RELATÓRIO DOS PRESIDENTES DE PROVÍNCIA DA PARAHYBA DO NORTE, 18662, p. AG6).

Machado e Nunes (2012) apontam que sobre a oferta de educação feminina atuam as questões dos papéis dos gêneros, posto na forma de como ocorria a relação entre homens e mulheres na província, Eles comentam:

A função da mulher consistia “em casar, gerar filhos para a pátria e plasmar o caráter dos cidadãos; ao homem, “cabia a representação legal da família, a administração dos bens comuns do casal e dos particulares da esposa segundo o regime matrimonial adotado, o direito de fixar e mudar o local de domicílio da família” além de ser responsável pela manutenção desta (p. 177).

A importância da educação feminina presente nos discursos oficiais, como fundamento para melhorar sua oferta, está embasada na condição de favorecer o homem, tendo em vista formar as mulheres para o domínio dos saberes restritos ao âmbito doméstico, para serem desse modo boas esposas, única função reconhecida de importância para a mulher na época.

Assim, a educação oferecida à mulher nesse período, voltada para os saberes das primeiras letras, prendas domésticas e práticas religiosas cristãs, está totalmente engajada no papel social da mulher, posto no século XIX, que restringe a mulher a ser uma boa mãe e dona de casa. Já ao homem cabia o papel de provedor e chefe de família, bem como administrador de negócios e bens, para os quais a educação oferecida fornecia uma formação geral e humanista cursada no ensino secundário e superior. Nesse sentido, a educação feminina possibilitava formar a mulher como apoio ao homem. Isso passou a ser importante para os homens, pois para eles era necessário as instruir para a função de gestoras domésticas como esposas, além de com o ensino elementar assumirem a função de primeiras mestras dos filhos.

A educação feminina na rede pública de ensino enfrentou muitos desafios ao longo de nossa história, principalmente do período colonial ao fim do império, pois rompe com as distorcidas visões portuguesas sobre a mulher, que a incapacitavam para o estudo e limitavam sua aprendizagem ao ensino elementar. Outra dificuldade aponta para a questão do financiamento, pois também tiveram que se situar diante da problemática do sistema público de ensino no Império, dividindo os poucos recursos para a educação destinados pela província. Uma grande dificuldade residia também na falta de professoras capacitadas, sem falar dos espaços físicos mal arranjados, além da inexistência de uma metodologia adequada para o ensino primário, curso determinado para a instrução feminina.

Uma evolução, todavia, pode ser percebida, quanto ao papel da mulher, já que na colônia ela era vista sob o prisma católico, como um ser que não merece confiança, fonte do pecado original, sendo assim excluída dos bancos escolares, estando sempre subjugada ao homem. No Império, entretanto, surge a noção da mulher como pilar do seio familiar,

elemento importante no apoio ao homem, tanto na gerência das atividades doméstica, como na formação de uma descendência saudável, de caráter ilibado e cristão, como elemento de sustento para a nação brasileira. Nesse sentido a educação passa a ser oferecida para as mulheres que deveriam ser preparadas para o papel de boas mães e dona de casa.

CAPÍTULO II

A INSTRUÇÃO FEMININA NA PROVÍNCIA DA PARAHYBA

A educação feminina enfrentou grandes dificuldades para se tornar um direito no Brasil no século XIX, ainda mais quando se refere a atuação da mulher enquanto profissional da educação. Na conquista deste espaço foram suplantados todos os obstáculos sociais, religiosos, econômicos culturais e políticos, por algumas figuras femininas na Paraíba nessa época.

Nesse capítulo trazemos uma figura, que ganha destaque nos discursos dos presidentes da província paraibana que teve um papel de grande destaque a partir da segunda metade do século XIX, a professora de primeiras letras de geografia e história: Idalina Margarida d'Assumpção Meira Henriques.

Os discursos dos presidentes de província da Parahyba do Norte, acerca de uma figura feminina têm nos inquietado, pois neles são destacados a forte atuação na instrução por essa professora de geografia e história de primeiras letras, mesmo que num período marcado pela predominância masculina no âmbito político, social, cultural e econômico. A falta de trabalhos sobre a referida professora despertou-me o interesse em analisar a mulher que fora tão mencionada nesses relatórios.

Na contextualização desse trabalho, optamos por um recorte temporal da segunda metade do Século XIX, de 1850 e 1870, devido às citações constantes nos relatórios dos presidentes da província à respeito da docente.

As mulheres no século XIX no Brasil, aos poucos estavam se inserindo e ganhando força, nos espaços públicos, mesmo de forma gradativa. Reforçando a compreensão desse processo, Zica (2011, p. 60) comenta:

Pesquisas recentes têm apontado que o magistério feminino foi construído, ao longo da segunda metade do século XIX e décadas iniciais do XX, com argumentações em torno, inclusive, de uma desqualificação masculina para o exercício dessa profissão.

Nesse sentido compreendemos que o progresso da mulher na profissão docente se deu de forma lenta e, que a entrada da mulher nesse espaço público profissional é permeada por uma desqualificação do homem enquanto mestre na instrução. O homem vai buscar ocupação, em outros espaços na esfera pública e social, pois o Estado imperial começa a ampliar o acesso a outros campos profissionais, induzindo o homem buscar conquistá-los, inclusive na burocracia estatal. Assim, Begozza e Luchese (2010, p. 08) destacam:

Entre os diversos autores que fazem referência, a esta temática está, (APPLE, 1995, p.59). “O magistério tornou-se feminino, em parte porque os homens o abandonaram.”. Apple analisa uma série de elementos que contribuíram para a feminização, sobretudo, os de caráter econômico, afirmando que há uma estreita relação entre o acesso de grande número de mulheres a uma ocupação e a lenta transformação desta, geralmente com baixos salários, e pouca qualificação.

Nesse sentido, é correto afirmar que os motivos foram diversos, que levaram as mulheres ao magistério. No entanto, de acordo com nossa compreensão também foram motivos os interesses políticos e as necessidades de promover a educação feminina, que encontrava, naquela conjuntura, a exigência de usar o trabalho de mestras para o ensino das mulheres.

Almeida (2011) destaca a presença feminina no quadro docente como sendo necessária, tendo em vista, entre outras causas, os impedimentos morais dos professores homens, de educarem as meninas e a recusa à coeducação dos sexos. Sendo essas ainda de forte influência do pensamento pedagógico cristão.

2.1 FIGURAS FEMININAS NOS DISCURSOS DOS RELATÓRIOS PROVINCIAIS DA PARAHYBA DO NORTE

A questão da educação feminina aparece nos relatórios que os presidentes da província apresentavam anualmente à assembleia dos deputados. Nesse documento alguns desses presidentes de província comentam uma preocupação em relação a educação, pois o presidente Henrique de Bearepaire Roham destaca em 1858, que:

Não está ainda operada a conversão do liceu em internato, por falta de uma casa conveniente. Entretanto, julgo da maior utilidade esse estabelecimento. E, além daquele que for designado a instrução secundária do sexo masculino, outro deve haver com aplicação à educação do sexo feminino. Tive e ainda tenho a ideia de criar um internato de meninas. Neste intento, havia destinado para o lugar de diretora, uma senhora parahybana, cujas excelentes qualidades são geralmente reconhecidas; mas, não só a falta de um edifício como a de meios decretados para semelhante estabelecimento, embargarão completamente o meu propósito (RELATORIO DOS PRESIDENTES DE PROVINCIA DA PARAHYBA DO NORTE 1858, p, 34).

Como vimos, o Presidente descreve a presença de uma figura feminina para educar as crianças do sexo feminino, mostrando ser a educação das meninas relevante nesse relatório. Esse presidente faz comentários sobre as estruturas físicas inadequadas das escolas, como também destaca a presença de uma professora qualificada para tal

função, tecendo elogios as mulheres nessa profissão.

Nesse documento o presidente Henrique de B. Rohan manifesta o desejo de instalação e funcionamento adequado das escolas público da capital, do liceu e da escola primária para meninas. Parte dessa iniciativa se concretiza nesse mesmo ano, em 4 de novembro de 1858, pelo presidente Rohan, com a criação do internato de meninas. No ano seguinte em 4 de junho de 1859, passa a administração da província ao presidente Ambrósio Leitão da Cunha, e com ele entrega o relatório de que foi feito e, comenta:

Nunca tive durante a minha administração um momento de tanta satisfação como n'aquelle em que vi realizado o pensamento da assembléa provincial, em prol da educação do sexo feminino. Hoje possue a Parahyba, no collegio de Nossa Senhora das Neves um estabelecimento que oferece aos paes da família os meios necessários para conveniente instrucção de suas filhas (RELATORIO DOS PRESIDENES DE PROVINCIA DA PARAHYBA DO NORTE, 1859, p. 34).

Para Almeida (2011, p. 9) “se a princípio, a sociedade temia as mulheres instruídas, agora tal instrução passava a ser desejável, desde que não oferecesse riscos sociais”. Esse estabelecimento funcionava dentro da assembleia provincial, localizado na Capital da província paraibana. Apesar dessa criação, nem todas as famílias poderiam ter acesso ao ensino oferecido pelo estabelecimento, a exemplo de meninas escravas e pobres, essas continuaram sendo invisíveis perante a elite paraibana da época, quanto ao acesso à instrução.

O presidente Henrique B. Rouhan diz em outro relatório.

Nomei directora do collegio a Sra. Rozalinda Tertuliana de Ameida, a qual, além deste encargo, tem igualmente o de professora de instrucção de suas filhas. Para professora de Geographia e historia nomeei a Sra. D. Idalina Margarida D'Assunção Henriques (FERRONATO, 2015, p.154).

Foi nesse Relatório de 1859, que o nome da professora Idalina começa a ser enfatizado na fala dos presidentes. Nesse se ressalta qual seria a responsabilidade dela diante da escola para as meninas que fora criada na província. Além da professora Idalina Margarida, o presidente também nomeia a sua colega Rosalinda Tertuliano de Almeida para a função de diretora do colégio, numa tentativa de dar início à instrução para o sexo feminino.

Mas afinal, quais poderiam ser os verdadeiros interesses postos nos discursos desse presidente, em relação às atribuições da mulher na profissão docente, mais

especificamente, a figura de Idalina? Além da nomeação da professora, é perceptível que o presidente queria de toda forma, dar satisfação à elite paraibana da época, de ações educacionais voltadas para o público feminino. Assim ao tratar sobre o tema, uma maneira, também, de enaltecer sua administração.

Apesar dos interesses desses políticos em promover suas gestões à frente da província paraibana, aconteceu naquela conjuntura, um avanço significativo para o ensino do público feminino, já que antes se disponibilizavam apenas cadeiras isoladas, em locais inadequados. Desse modo ao inaugurar o internato Nossa Senhora das Neves, se destinou um lugar apropriado para a escola, o que nessa conjuntura tornou-se também um fator importante para o processo de feminização do magistério na Paraíba.

Nos conceitos sugeridos pelo filósofo francês, Pierre Bourdieu se discute a figura do homem como uma dimensão simbólica do poder sobre a mulher:

A força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificação: a visão androcêntrica impõe-se como neutra, não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça (BOURDIEU 2014, p. 18).

Nessa análise Bourdieu (2014), no que tange as relações de gênero, aponta que o sexo masculino não precisa definir sua condição, ela é natural, todavia é necessário expressar com clareza a presença feminina, pois há toda uma nomenclatura morfológica inclusive modificada ao se falar da mulher, alterando artigos e conjunções entre outras mudanças. O autor nos traz o entendimento sobre essas questões, quando afirma que:

A divisão entre os sexos parece estar na “ordem das coisas”, como se dizem por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável: ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado nas coisas (na casa, por exemplo, cujas partes são todas “sexuadas”), em todo o mundo social, e, em estado incorporado, nos corpos e nos habitus dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção de pensamento e de ação. (BOURDIEU 2014, p. 17).

Nesse sentido, o autor esclarece a compreensão, de como é dada a separação das atividades e lugares designados a cada um dos gêneros nos espaços físicos, bem como se naturalizava o domínio masculino que delimitava o modo de se comportar das mulheres, suas formas de pensar, tendo em vista que o acesso à instrução era limitado pelos homens.

No pensamento que aborda as representações sociais, Chartier (2009, p. 80) aponta que: “A História Cultural, tal como a entendemos, tem por principal objeto

identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler.” Desse modo, a maneira como são construídas as diferentes realidades, de homens e mulheres, precisam ser analisadas de acordo com seu tempo e lugar para compreendermos como os discursos são elaborados e apresentados, não só para diferentes classes sociais, mas também nas distintas relações de gênero em que estes estão inseridos.

2.2 CONTEXTO E PERSONALIDADES NOS DISCURSOS OFICIAIS DE ALGUNS DE SEUS PRESIDENTES

Interpretar o significado da presença feminina nos discursos dos presidentes da província possibilita dar relevo a uma situação de extrema desigualdade posta na relação entre os papéis a serem desempenhados por homens e mulheres, nessa época. O destaque à mulher é assim uma situação incomum nos documentos oficiais, a presença do feminino, todavia, vai ganhando cada vez mais espaço nos discursos presidenciais a partir da segunda metade dos oitocentos na Paraíba.

Mas além, da professora Idalina que ganhou destaque nos relatórios dos presidentes da Parahyba, a partir do final dos anos cinquenta do período oitocentista, outra professora tinha sido destaque. Ela consta como a primeira professora pública da Província da Parahyba, D. Maria Conceição Cabral. Conforme, Cury e Ananias (2013, p. 05) ressaltam sobre o tema.

Para as aulas de meninas a primeira referência encontrada diz da ordem de nomeação de uma professora: tendo sua Majestade o Imperador por decreto da data de hoje, confirmo na cadeira de mestra de meninas da cidade da Paraíba do Norte, a Maria Conceição Cabral com o ordenado de trezentos mil reis. Manda pela Secretaria de Estado dos Negócios do Império participado ao Vice Presidente da Província da Paraíba para sua inteligência, expedição das ordens necessária, depois que a referida mestra apresentar o citado Decreto.

As autoras Cury e Ananias (2013) buscaram reforçar seu entendimento sobre a professora Maria conceição Cabral e dialogando, com o professor José Baptista de Mello (1954) dizem:

José Baptista de Mello (1956, p.24), confirma essa informação, dando conta de que “[...]. Foi instalada a escola na cidade de Nossa Senhora das Neves, e o nome de nossa primeira professora deve ficar registrado, para as homenagens de suas companheiras de profissão [...]. D. Maria da Conceição Cabral foi a primeira mestra que disseminou as primeiras luzes no rincão paraibano [...]” a partir da aprovação de um projeto

encaminhado pelo conselheiro padre Joaquim Antônio Leitão de criação de uma escola para o sexo feminino em 18 de abril de 1828 (2013, p. 5).

Apesar dos dados citados em 1828 da professora, Maria da Conceição Cabral, temos em Bergozza e Luchese (2010, p.8) que “o magistério fosse uma profissão eminentemente masculina, a presença feminina praticamente não existia, a mulher no Brasil adquiriu direito à educação escolarizada a partir de 1827.” A aparição dessa professora foi importante a partir desse contexto para dar o ‘ponta pé inicial’ no campo da instrução para meninas, por parte da classe política local.

É interessante destacar que estava muito arraigada na cultura brasileira a exclusão das mulheres da elite do espaço público, tendo em vista que elas só serviam para as atividades da vida privada. Para Almeida (2011, p.9) “O estudo para moças configurava-se como uma preparação para o que realmente importava em suas vidas: casar e ter filhos”. Isso era proveniente da cultura portuguesa, que ajudou a retardar o acesso à instrução pelas mulheres, dando continuidade à formação doméstica presente na educação do sexo feminino. Mas a contratação da professora Maria Conceição foi importante para as autoridades da época, que precisavam enxergar com atenção a necessidade de oferecer a educação para esse público, não só na província da Paraíba, mas também no Brasil, onde também outras mulheres ganhavam destaque a exemplo da Professora D. Francisca Senhorinha da Mota Diniz, em Minas Gerais, que assim como a professora Maria Conceição foram as primeiras mulheres a dar visibilidade à atuação feminina, enquanto profissionais da educação.

O avanço que a instrução paraibana teve com a credibilidade atribuída a Professora Idalina parece notável pelos presidentes. Referências à professora são feitas por seguidos presidentes, que além de Henriques Beaurepaire Roham foram feitas por Filisardo Toscano de Brito, (1866), Barão de Maráu (1867) e Dr. Silvino Elvidio Carneiro da Cunha (1869).

Na Paraíba, a instrução pública feminina que funcionou em um estabelecimento apropriado, teve início somente na Escola de Nossa Senhora das Neves em 1858. Idalina esteve nesse estabelecimento. Nele se ofereciam várias matérias de ensino, dentre elas: “leitura e escrita, Arithmetica até proporções, Doutrina Cristã, Gramatica nacional, noções de geometria, Prendas domésticas, Geografia e História, Francês e Italiano, Música, Desenho e Dança” (Relatório de Presidente da Província da Parahyba do Norte 1861 p.182). Esse currículo, da escola elementar feminina, apresentava conteúdo da

alfabetização, ao que hoje é considerado o 5º ano ensino fundamental. Ele contempla várias línguas, (português, italiano e francês), conhecimentos matemáticos (quatro operações e geometria), saberes artísticos (música, desenho e dança), conteúdos histórico e geográfico, bem como religiosos (Doutrina cristã). Também há conteúdos voltados para preparar as meninas para serem boas donas de casa, que contemplavam saberes relacionado à costura e culinária, na área de prendas doméstica.

Vários foram os saberes ministrados na escola elementar para as meninas, entre eles está o de prendas domésticas e doutrina cristã, que foram selecionados para formar boas donas de casa. Esse curso, todavia não dava acesso ao curso secundário, pois não apresentava os conteúdos exigidos para o seu ingresso, como latim.

Nesse contexto percebemos até onde professora Idalina e outras professoras poderiam ensinar para as meninas, ou seja, elas só poderiam ter as noções básicas das matérias oferecidas, fruto de uma limitação a que as mulheres eram atribuídas pelos homens.

Percebe-se, assim tanto a diferenciação do currículo se comparado ao oferecido aos homens, como a limitação do conhecimento, tendo em vista que não se estudava latim, por exemplo, conteúdo que dava acesso aos cursos secundários.

Essa escola, todavia, teve pouco tempo de funcionamento, pois tal como situa o discurso de 1858, e foi fechada em 1861. Como nos atesta, o relatório apresentado à assembleia legislativa da Paraíba, o presidente Dr. Francisco d' Araújo Lima, decretada o fechamento da Escola Nossa Senhora das Neves, assim posto.

Tendo uma experiência de mais de dois anos feito ver. Que o colégio de Nossa Senhora das Neves criado nesta Capital em virtude da Lei Provincial n.13 de 4 de Novembro de 1858, para a educação do sexo feminino, não correspondi de modo algum ao dispendio que ele se fazia, visto que apenas era frequentada ultimamente por cinco alunas, resolveu o Governo em 1 de Março, suspender os trabalhos do mesmo collegio ate o ulterior deliberação de Assembleia provincial removendo a respectiva professora de primeiras letras D. Rosalina Tetuliana de Almeida que era ao mesmo tempo directora do Collegio para a cadeira do mesmo ensino da Vila Campina Grande, e exonerada a Pedido da Professora de Geografia Idalina Margarida de Assunção Henriques” (RELATÓRIO DOS PRESIDENTES DE PROVÍNCIA DA PARAHYBA DO NORTE, 1861, p, AJ1).

A referida escola pública para meninas em João Pessoa só funcionou por 3 anos. Seu fechamento, conforme decreto, se deu por falta de alunas, não provendo o benefício esperado, apesar do financiamento empregado. Também é possível perceber certa ingerência da professora Idalina Margarida no fim das atividades desse estabelecimento

escolar, quanto se faz referência ao seu nome, no caso de exoneração da direção da professora Rosalinda Tertuliana de Almeida.

Afinal, não sabemos ao certo sobre os reais motivos do fechamento da escola. A princípio eles mencionam a pouca quantidade de alunas do sexo feminino frequentando as aulas, por outro lado, a professora Idalina é mencionada pela exoneração de outra professora da mesma instituição. Nesse sentido nota-se que a professora Idalina detinha certo poder sobre a escola em relação aos gestores da província paraibana.

Idalina também é mencionada pela participação em outras instituições, como o Colégio de Nossa Senhora do Carmo, que, também era uma instituição exclusiva para meninas, porém privada.

Nesse sentido no ano 1862, o mesmo diretor de instrução pública Diogo Velho Cavalcanti d' Albuquerque, destaca a Relevância do Colégio N.S. Do Carmo e atuação da Diretora na Instituição, Idalina Margarida Henriques, conforme destaca:

Acham-se registradas na Secretaria desta diretoria 23 licenças para abertura de escolas particulares. Entre elas afigura do estabelecimento do colégio N.S do Carmo para meninas sob a direção de Idalina Margarida de Assunção Henriques e duas irmãs. Os respectivos estatutos foram aprovados pela lei de 25 de janeiro do presente ano: mas o colégio ainda não funcionava regulamente, limitando-se ao ensino de primeiras letras. A falta de estabelecimentos, desta natureza, que tantos os benefícios podem trazer a educação das jovens Paraybana até hoje privadas dos meios de obterem uma instrução condigna a sua natural aptidão, e capacidade da diretoria do Colégio de N. S. do Carmo, o fazem merecedor de toda Proteção. (RELATÓRIO DOS PRESIDENTES DE PROVÍNCIA DA PARAHYBA DO NORTE, 1862, p. AG2).

Embora o colégio em que a docente desempenhava seu trabalho, tivesse ficado restrito apenas à alfabetização, é evidente que esse estabelecimento chamasse a atenção das autoridades do período pelo o bom desempenho na instrução para as meninas, já que este era o único colégio, mesmo que particular, de acesso às meninas, pois as outras existentes na província eram advindas das cadeiras isoladas para esse público.

Quando falamos dos discursos produzidos pelos Presidentes de província, acerca a uma escola para o sexo feminino, notamos que os mesmos se aproximam dos discursos sobre a instrução do sexo oposto, pois, apresenta-se assim, o grau de importância que ambos tinham para o desenvolvimento da província. A partir dos discursos pautados pelo diretor Diogo Velho, “Tudo quanto precedentemente fica dito sobre as escolas do sexo masculino tem aplicação às do outro sexo, com exceção daquilo que lhes for peculiar”

(FERRONATO, 2015, p. 210). Todavia, a realidade dos dados não comprova esse discurso, tal como o do ano de 1858.

No discurso que aponta uma melhoria da educação voltada para sexo masculino, o relatório apresentado pelo diretor da instrução pública ao Presidente da Província da Parahyba do Norte, Beaurepaire Rohan, em 20 de setembro de 1858, destaca que, entretanto, para sexo feminino, as iniciativas ainda pareciam carentes. Todavia, o presidente reconhece a importância da educação do sexo feminino, fator que poderia contribuir para a melhoria e o futuro da província ao destacar que:

Tenho esperança, Senhores que não deixareis de dotar a província com tão útil estabelecimento. Se uma boa educação a todos aproveita, muito maiores são as suas vantagens, em relação aquelas que tem algum dia de exercer as funções de mães de família. A senhora que possuem uma instrução variada transmite a seus filhos os conhecimentos que adquiriu na infância, inicia-os nos elementos de literatura e arte liberais, e dispõe a sua inteligência para estudos mais importantes. Seus cuidados maternos, desenvolvendo-se em uma esfera mais larga, são sobre tudo, um recurso precioso naquelas casas menos abastadas, ou de a mais estrita economia tem de suprir a deficiência dos bens da fortuna (RELATÓRIO DOS PRESIDENTES DE PROVÍNCIA DA PARAÍBA DO NORTE, 1858, p. 34).

Diante da tal fala a instrução feminina deveria gozar do mesmo direito dos homens, porém continuaria com atribuições em que foi imposta a educação voltada para o lar, resumindo-se à cozinha e às prendas domésticas, com principal intuito de fazer uma preparação para o casamento. Na declaração do Diogo Velho (1862) se diz:

As professoras em regra cumprem satisfatoriamente as suas obrigações, e algumas empenhão louvável zelo no andamento de suas discípulas. Se a frequência das respectivas escolas é o termômetro da confiança que inspirão os mestres aos pais de família, deve-se concluir que na máxima parte das localidades onde existem escola do sexo feminino, ellas gozão de crédito igual ao das do sexo masculino (RELATÓRIO DOS PRESIDENTES DE PROVÍNCIA DA PARAHYBA DO NORTE 1862, p. AG6).

É perceptível, no entanto nesses documentos oficiais que por mais que os presidentes de províncias se expressassem sobre a melhoria de instrução do sexo feminino, os discursos são acompanhados por algum problema ou situações que faziam com que essa não progredisse de maneira satisfatória, aparecendo com mais veemência nos relatórios. Isso nos ajuda a compreender que era um tipo de controle masculino exercido naquela conjuntura. Como destaca Almeida (2011, p. 9).

O acesso à educação e a possibilidade aberta às mulheres de exercerem uma profissão, representada pelo ensino de crianças de tenra idade, revelaram-se como espaços para a continuidade da opressão de gênero. À medida que a educação das mulheres possibilitou conservar nos lares, nas escolas e na sociedade, a hegemonia masculina, se instaurou um paradoxo: detentores do poder econômico e político, os homens apropriaram-se do controle educacional e passaram a ditar as regras e limites da instrução feminina e controlar seu ingresso nas profissões que poderiam desempenhar.

De toda forma, a importância da mulher na educação era difundida pelo então presidente como aprimoramento do lar, para exercerem seu papel de mães e mulher de maneira que apresentasse maior qualidade ao âmbito familiar, mas não somente nesse sentido, pois a mulher instruída também ajudaria nas lacunas financeiras de suas famílias. Zica ajuda a ampliar o nosso entendimento sobre esse assunto: afirmar que:

(...) se as mulheres podem contribuir para o incremento do poderio do Estado, seja como mães educadas, seja como professoras, elas terão respaldo para isso; se a liberdade masculina rivaliza e enfraquece o poder do Estado, ele irá coibi-la. O Estado no século XIX apesar de ser ainda uma instituição visivelmente masculina, já não era, no entanto, tão parcial como as antigas leis portuguesas favoráveis que eram aos homens (ZICA, 2011, p. 58).

Apesar do Estado no período Imperial, já demonstrar traços flexíveis em relação a presença da mulher fora de casa, o conservadorismo prevalecia em relação às leis que eram delegadas pelos homens. Cabia ao homem permitir que a mulher trabalhasse, mas entre os documentos para a contratação feminina, enquanto funcionária pública lista-se uma autorização, do seu pai ou marido, para que ela fosse empregada na instrução pública.

A conquista do espaço educacional significou, todavia, um avanço social em relação ao papel feminino, quanto ao período colonial, pois frequentar os bancos escolares foi um grande passo para abrir as portas à mulher aos direitos iguais ao homem.

No ano de 1866, o diretor Fructoso da Solidade Segismundo fez um levantamento de como estaria o ensino primário e secundário, fazendo um balanço das escolas de ambos os sexos ao ensino que estava sendo aplicado. Em 1866, o relatório apresentado na província, toma como contraponto duas escolas: uma dirigida por um Padre e a outra por uma professora de Geografia:

Os únicos colégios que presentemente tem a Província, são antigos, e bem conhecidos colégio do sexo masculino da vila de cajazeiras, e outro de meninas, ha poucos anos instalado na Capital. Enquanto no primeiro, que exclusivamente se há prestado a estudos secundários, não é preciso testemunhos para evidenciar a regularidade de seus trabalhos, e os

variados conhecimentos de que há enriquecido a mocidade dos sertões: o prestigioso nome do Rvm. Comendador Padre Ignácio de Souza Rolim, seu instituidor, sobejamente o acredita, e circunda de bem merecida consideração: mas a nenhuma correspondência, que no corrente ano há tido com a diretoria, lhe oculta os números de seus alunos até a induz a duvidar sua continuação. Enquanto, porém ao de meninas dirigido por D. Idalina Margarida da Assumpção Henriques tenho a satisfação em fazer saber a V. Exc. que progride com vantagem e aproveitamento de 22 alunas que ali aprendem. (RELATÓRIO DOS PRESIDENTES DE PROVÍNCIA DA PARAHYBA DO NORTE, 1866, P. A8-9).

Nesse discurso se apresenta como modelo, o colégio do sacerdote Padre Ignácio Souza Rolim, de ensino secundário para rapazes, e o colégio de D. Idalina Margarida de Assunção Henriques, é citado em destaque pelo bom desempenho quanto ao ensino primário feminino. Mais uma vez, o gestor assim como seus antecessores, destaca o papel da professora que, tinha um forte reconhecimento por parte dos políticos, como responsável por administrar uma escola para meninas.

Entretanto em 1867, o presidente em exercício, Barão de Baurú, ressalta em seu relatório sobre a decadência do ensino no Lyceu, enfatizando a relevância de uma reforma. Desta vez, o trabalho de Idalina é destacado pelo então presidente da província, argumentando melhoria para sua escola:

Chamo a vossa atenção para o que diz o digno Diretor interino da Instrução Pública a respeito da Biblioteca do Lyceu, que jáz no mais degradante abatimento. O collegio de meninas, estabelecido nesta Capital sob a direção de D. Idalina Margarida Da assumpção Henriques prestaria um optimo auxilio a educação do seu sexo, se fossem melhor aproveitadas as condições em que se acha; porém tenho informações que esse collegio, além de estar em uma casa acanhada e accomoda para as internas, carece de mais mestras habilitadas (RELATÓRIO DOS PRESIDENTES DE PROVÍNCIA DA PARAHYBA DO NORTE, 1867, p. 22)

Diferente de seus antecessores esse presidente, embora ressaltasse o bom trabalho realizado pela professora, apontou algumas características dos problemas existentes, que impediam o crescimento da instrução feminina. Apesar de a instrução feminina paraibana estar em acessão, a precarização dos espaços físicos, a falta de mestras qualificada no curso Normal e os poucos recursos destinados para tal objetivo pareciam limitar suas ações.

Dessa forma, a situação precária da educação que podemos observar através de documentos oficiais elaborados pelos presidentes daquele período, denota contradição de um discurso de reconhecimento e valorização e o relato de uma realidade precária. Porém,

alguns dos relatórios apresentavam contradições a respeito de tal desenvolvimento.

Os discursos oficiais dos presidentes são acompanhados por algum interesse pela educação, porém, talvez, o interesse maior, seria camuflar o que estaria acontecendo com o ensino público de modo geral na província, e, especificamente para o ensino das meninas, já que a elas os recursos locados foram limitados. Embora o diretor ressaltasse que as meninas deveriam gozar dos mesmos direitos, o que nessa época foi pouco provável, já que a partir de 1861 com o fechamento da escola Nossa Senhora das Neves, que era pública, só restou para as meninas frequentarem a escola de Nossa Senhora do Carmo, privada, enquanto para meninos as escolas públicas, primária e secundária continuaram a ser mantidas com recursos do erário.

No ano de 1869, o 1º vice- presidente, Silvino Elvidio Carneiro da Cunha, destaca e faz elogios a Professora Idalina sob a sua administração.

Tratando destas escolas, cumpre-me mencionar entre outras com louvor os collegios D. Idalina Margarida da Assumpção Henriques do sexo feminino, e Manoel José Alves Branco, do sexo masculino, nesta Capital, pelo interesse dos seus mestres e aproveitamento dos discípulos nas quaes se ensinão também matéria de instrução secundaria (RELATÓRIO DOS PRESIDENTES DE PROVÍNCIA DA PARAHYBA DO NORTE, 1869, p. AB6).

Mas afinal, o fato de tantos presidentes referirem-se a uma figura do sexo feminino na instrução pública, em período tão marcado pela presença masculina, no caso da professora Idalina, mostra-nos um pouco de como se deu o processo de feminização do magistério na Província da Parahyba do Norte, onde se vê em relevância a sua atuação. O progresso na educação dessa província deu-se de modo gradativo, porém satisfatório, segundo os relatórios, mas contou com o esforço e a dedicação dessa professora, no processo de feminização desse espaço público. A figura da professora Idalina foi fundamental para o desenvolvimento da educação e inserção da mulher no universo da educação, tanto na condição de alunas, quanto de mestras na Província da Parahyba do Norte.

A figura da professora Idalina obteve destaque em um contexto de supremacia masculina, sobrepujando as dificuldades postas na instrução para o sexo feminino, agindo ao contrário do que se pensava sobre os estereótipos voltadas as mulheres, de serem apenas dona de casa. As mulheres estavam se inserindo na instrução e se destacando no espaço social. Nessa perspectiva ao introduzir a mulher na instrução sê-lhes possibilitou acesso a um panorama mais ampliado, voltado para maiores conquistas, mesmo que essa

educação oferecida contivesse restrições e censuras conforme as percepções masculinas.

CAPÍTULO III

A PROFESSORA IDALINA MARGARIDA DE ASSUNÇÃO MEIRA HENRIQUES

No nosso terceiro e último capítulo iremos abordar a trajetória da professora Idalina, uma mulher que foi importante para a província paraibana, ganhando destaque à frente da instrução em tempos de uma predominância masculina, onde a mulher era considerada uma figura de expressão submissa na sociedade.

3.1 SEU CONTEXTO SOCIAL

A sociedade paraibana imperial estava dividida em três grupos sociais, como afirma (LIMA (2014, p. 4), pois majoritariamente havia a “classe alta”, constituída pelos senhores de engenhos, “classes média”, formadas pelos fazendeiros; “classe inferior” representada pelos homens livres despossuídos dos meios de produção”. Nessa descrição comprova-se que a economia da província era produzida no campo, onde se concentrava a riqueza, sendo a cana de açúcar, o algodão e gado os principais produtos. Desse modo o grupo de produtores rurais detinham a riqueza, sendo maioria entre os membros da elite. Além desses havia os escravos que à época eram considerados como animais, destituídos de alma, e humanidade, como também eram os, indígenas. A elite era composta só por proprietários de terra, funcionários públicos e comerciantes.

O terceiro grupo social, a classe inferior, não tinha muitas vezes acesso à educação, e quando tinha, essa se dava de maneira fragmentada e com professores desqualificados para o exercício da profissão. Assim esses meninos e meninas ficavam muitas vezes, sem o acesso garantido, ao processo escolar. Acrescenta-se a esse quadro os escravos indígenas, que eram no período imperial excluídos dos bancos escolares.

A educação da elite, todavia, ocorria através das escolas públicas e privadas confessionais, preferencialmente para o público masculino, sendo a oferta para as mulheres algo precário e irregular, tal como ocorria às camadas populares.

A sociedade paraibana, à época, em qualquer um dos grupos sociais, sempre, estava sendo comandada por homens em todas as esferas sociais. Perrot (1989, p. 2) ressalta:

O século XIX claramente distinguiu as esferas, pública, e privada, cuja disposição condiciona o equilíbrio geral. Muito provavelmente essas esferas não recobrem exatamente a divisão dos sexos, mas, grosso

modo, o mundo público, sobretudo, econômico e político, é reservado aos homens, e é este que conta.

Assim, a mulher não poderia ocupar os espaços públicos, dentre os quais, o político, profissional, e econômico, onde tradicionalmente o homem estava inserido. A mulher era negada o direito de ter uma profissão reconhecida socialmente, administrar uma propriedade, ou exercer cargos políticos, ou mesmo votar, mas a única ocupação no espaço público em que poderia se inserir era na educação, mesmo assim ela tinha seu acesso limitado. Desse modo, em diversas falas propagadas nos relatórios dos presidentes da província da Paraíba, é notável perceber que os governantes limitavam seu acesso à educação, como podemos perceber no relatório do presidente de província de 1882, pelo, Dr. Manoel Ventura de Barros Leite Sampaio, que destaca:

Sendo está a carreira pública, única aberta as mulheres, e o legislador deve acoroçoar-lhe o gosto e lucram com isto não só a instrução pública mais os costumes, que se abrandam com a educação feminil. Teríamos dado um grande passo no desenvolvimento do ensino, confiando todo o magistério primário a mulher cuja verdadeiras vocações na frase de um homem notável, é educar a criança e inspirar-lhe sentimentos nobre (RELATORIO DOS PRESIDENTE DE PROVÍNCIA DA PARAHYBA DO NORTE, 1882, p.24).

Nesse discurso percebe-se que ao mesmo tempo em que enfatiza que a mulher deveria ter o acesso à educação e ela ser confiada a instrução infantil, é notório um olhar estereotipado, já que esse continuava enraizado nos discursos masculino, em querer limitar a atuação da mulher no campo profissional, restrita ao magistério primário. Logo, a instrução se tornava pouco atrativa aos homens, pois era um campo muito fragilizado, seja ele na condução financeira na estrutura física, ou mesma pela ingerência política dado ao clientelismo.

Nesse sentido, Saffioti (2013, p. 199) também aborda a questão sobre como era imposta a condição da mulher, e ressalta:

A força do trabalho feminina encontra mais alto nível de emprego, não se constituindo, pois, numa solução para a mulher, mas puramente num recurso por meio do qual as sociedades de classes tentaram preservar redefinindo-o, o seu próprio padrão de equilíbrio.

A autora ajuda na compreensão do nosso trabalho, pois, se pesarmos no contexto do século XIX, na Paraíba, e em outras províncias, percebemos que os governantes não estariam preocupados em ampliar ou oferecer oportunidade à mulher de trabalho, ou mesmo de acesso à instrução, direito constitucional que estava sendo negado, mas

estavam preocupados em preencher as lacunas que permaneciam anos após anos, na rede de educação feminina, ou seja, procuravam quebrar os dogmas cristão de negar às mulheres instrução, e, assim encontrar uma solução para que pudessem manter o equilíbrio na sociedade, já que essa não poderia deixar de oferecer educação para as meninas, mesmo que de forma precária, pois isso já se caracterizava como um atraso no desenvolvimento.

Assim por mais que ressaltasse nos discursos a importância dada na província à educação feminina, percebemos diante de nossas análises que a mulher não tinha como se inserir em outras esferas públicas. No entanto, Ávila (2008, p.1) destaca:

Durante muito tempo, as mulheres foram objetos de um relato histórico que as relegou ao silêncio e à invisibilidade. São invisíveis, pois sua atuação se passa quase que exclusivamente no ambiente privado da família e do lar. O espaço público pertence aos homens e poucas a mulheres.

A mulher por muito tempo se tornou invisível, ou seja, desde a descoberta do Brasil, quando os portugueses vieram com ideia de excluir as mulheres de todas as áreas sociais, mas a mulher a partir da segunda metade do século XIX começa a aparecer com mais veemência no âmbito educacional em todo o Brasil, do período oitocentos. Na Paraíba, a figura de Idalina e de outras poucas mulheres ganha destaque no Império, pois proporcionam a outras mulheres, posteriormente, visibilidade no cenário educacional, social político paraibano, rompendo a tradição de ser exclusivamente delegado o espaço privado.

3.2 ESPECIFICIDADES DO COTIDIANO FAMILIAR E PROFISSIONAL

A Professora Idalina Magarida de Assunção Meira Henriques, como era conhecida, é filha de uma família tradicional e muito conceituada no Império. Ela nasceu em 15 de agosto de 1838, na Capital paraibana, sendo filha do Cirurgião-mor José Henriques e de Ana Joaquina de São José Meira (FREIRE, 1987). Ela integra sociedade paraibana como membro da elite, apesar de não ter sido sua família relacionada como proprietária de engenhos. Ela é descendente de funcionário da coroa, portuguesa, pois seu avô chega à Paraíba em 1772, de Portugal, para exercer a função de capitão, algo que o situa como alguém poderoso nessa época.

O pai da professora Idalina foi um homem influente na política paraibana, conhecido como cirurgião-mor, foi integrante do corpo de saúde do Exército brasileiro no ano de 1803 e governador da Paraíba 1829. Deixou de seu casamento com Ana Joaquina de São José Meira, além da professora Idalina, os filhos: o Dr. Antônio José Henriques que foi presidente da Paraíba em 1840, e de São Paulo 1860; o coronel José Thomaz Meira Henrique; o Conselheiro Manuel Tertuliano Thomaz Meira, que atuou como Desembargador do Tribunal da Relação em Minas Gerais, e, como deputado provincial por suas 6 legislaturas na Paraíba; também o padre Leonardo Antunes de Meira Henrique, que foi ordenado padre em 1843, formou-se bacharel em Direito em 1845, foi Deputado Provincial em 1853, e, a senhora Altina Luzia Meira Henriques, que passou, quando casada, a pertencer a importante família Souza Gouveia.

Nesse sentido podemos compreender que a influência da família da professora Idalina foi importante pilar para que ela pudesse chegar ao seu patamar na instrução feminina paraibana, e, fazer um trabalho que pudesse chamar atenção da classe política da província. Não temos informações sobre como ela se qualificou para o exercício da profissão de mestra, pois era exigido entre os documentos apresentados para contratação o diploma de escola Normal. A sua formação como professora junto à escola Normal, pode ter sido adquirida, em outras províncias como a de Pernambuco, Ceará ou Bahia, pois era comum, que muitos jovens da elite paraibana da época, fossem buscar suas formações acadêmicas em outras províncias, já que essa não era oferecida na Paraíba, pois o curso Normal, só foi criado aqui em 1886, no intuito de formar professores, assim como já existiam em outras províncias.

Vale salientar que a professora Idalina tinha 21 anos quando em 1859, começa a ser ressaltada pelos governantes da província. O que podemos concluir que ela ainda era muito jovem quando começa a lecionar, assumindo cargo de importância à frente da escola pública, Nossa Senhora das Neves, onde atuou como professora de geografia e história, de primeiras letras. Não se sabe ao certo, com quantos anos ela começou a lecionar, pois ela poderia ter dado aulas antes de sua contratação, mas já aos vinte e um anos ela consegue ganhar destaque nos discursos dos governantes, ao lado de professora Rosalinda Tertuliano de Almeida, como foi citado no capítulo anterior.

Aos vinte e quatro anos, no ano de 1862, a docente assume a responsabilidade de dirigir o primeiro colégio particular de João Pessoa para as mulheres, a escola Nossa Senhora do Carmo, que a política da província reconhecerá naquela conjuntura. O colégio

começou a atuar antes mesmo de seu regulamento, como ressalta o presidente, da província do ano de 1862, o senhor Francisco de Araújo d' Lima.

Foi só a partir do ano de 1865, no entanto, que a escola começa a ser regulamentada. Segundo outros autores como Freire (1987) e Santos (2013), essa escola tem o seu funcionamento por um período de dez anos, a partir de sua data de regulamentação. Assim como afirma Santos (2013) ao fazer a dissertação sobre a biografia de Carmen Coelho Miranda Freire, destaca:

A primeira professora citada por Carmen Coelho foi Idalina Margarida da Assunção Meira Henriques, pelo sobrenome percebe-se que se trata de uma parente da autora. Idalina foi a fundadora do Colégio Nossa Senhora do Carmo, o primeiro com educação feminina na capital Paraíba, funcionou por apenas dez anos, já que sua fundadora veio a falecer (p. 83).

Além disso, Freire (1987) em sua obra “História da Paraíba para uso didático,” destaca que o colégio funcionava na rua Duque de Caxias, onde funcionou o Museu fotográfico Walfredo Rodrigues. Idalina assume como diretora da escola uma posição associada ao sexo masculino, rompendo com as tradições culturais que negavam à mulher administrar uma empresa privada. Nesse sentido, mais uma vez ela se torna uma pioneira entre as mulheres de sua época.

A professora carregava uma trajetória de vida cercada de diversas pessoas influentes. Freire (1987) ressalta alguns nomes de alunas que foram instruídas pela professora Idalina no colégio de Nossa Senhora do Carmo:

O Colégio de N. Sra. do Carmo era o melhor colégio da Capital, o único no gênero, com Curso Primário, Secundário, prendas domésticas e artes. Funcionou de 1865 a 1875, ano em que faleceu a sua fundadora. Entre as suas alunas, muitas das quais com descendentes vivos, destacaram-se: Luzia de Albuquerque Maranhão, Maria Francisca de Albuquerque Maranhão, filha do Capitão-mor José Francisco de Albuquerque Maranhão, senhor do Engenho Santo Amaro, mãe e tia, respectivamente da Prof.^a Maria Emerentina de Albuquerque Gouvêa Coelho; Maria das Neves de Araújo Pereira, filha do Manoel Araújo Pereira, senhor do engenho Geraldo, em Alagoa Nova e mãe do Dr. Manuel Tavares; Maria Rangelina Maroja, filha do fazendeiro Manuel Ferreira Maroja, de Mata Redonda, e tia do Dr. Flavio Ribeiro Coutinho; Aquilina Amélia de Oliveira, filha de Bernadina de Oliveira, residente no beco do Carmo, era mãe de Stela Caçador e que foi ganhadora do 1º Concurso de Beleza nacional, no Estado da Paraíba (FREIRE, 1987, p.194-196).

Desse modo, podemos perceber que o colégio o qual a docente era responsável por administrar, abrigava as filhas de pessoas da elite paraibana. Vale destacar que mesmo

ela atuando na instrução de forma exemplar como ressaltam os documentos dos governantes da época, é perceptível, diante contexto, o favorecimento à Idalina. Ela foi a fundadora do Colégio N. Sra. do Carmo, possivelmente ela deveria ter tido apoio e ajuda da elite para continuar com esse trabalho educativo durante o funcionamento da escola, mesmo com recursos públicos menores do que os destinados à instrução para os meninos.

A professora Idalina teve atuação profissional de 16 anos. O último discurso dos anos setenta dos oitocentos que faz referência a ela foi, no ano de 1870, pelo presidente da província, Venâncio José d'oliveira Lisbôa, que resalta a frequência de alunos em toda a província.

Existem actualmente na provincia 103 cadeiras do ensino primário sendo 79 do sexo masculino, e 24 do feminino. D' aquellas estam providas vitaliciamente 36, effectivamente 64, e interinamente 3. A frequência d'aquellas no corrente anno foi de 2341 alunos e destas de 583. Da instrução particular existem 9 cadeiras, sendo 7 do sexo masculino, e 2 do feminino, inclusive os collegios de D. Idalina Margarida d' Assumpção Henriques e Manoel José Alves Branco. No corrente ano a frequência foi de 409 alumnos do sexo masculino, e 67 do feminino (RELATÓRIO DOS PRESIDENTES DE PROVÍCIA DA PARAÍBA DO NORTE, 1870, P. AII-3).

Diante desse discurso apresentado, registra-se a frequência de alunos e alunas à instrução, porém não sabemos ao certo se são ou não números exatos, pois faltavam funcionários para inspecionar as cadeiras e escolas de toda a província. Na leitura desses discursos nota-se que a escola da professora Idalina deveria ser a única existente na Capital, uma vez que os presidentes ressaltaram a sua escola, como um indicador de boa qualidade para justificar os financiamentos repassados.

Podemos compreender que a intenção de inserir a mulher na instrução, foi acompanhada de muitas dificuldades, como a quebra do tabu português de excluir a mulher da vida pública. No império, todavia, começa a surgir a necessidade de educar as mulheres, pois passou-se a perceber que sua ignorância escolar atrasava o desenvolvimento do país. Assim edita-se ainda em 1827, a lei sobre a educação feminina, no entanto, em nível de ação pública na oferta de escolas femininas, essa norma na Paraíba só tem maior consistência a partir dos anos da segunda metade do século XIX, sendo que primeiro havia a preocupação de instrução das mulheres da elite. Esse foi o caso da professora Idalina, que atuando profissionalmente como professora, rompeu as tradições machistas e educou as filhas das classes abastadas em sua escola particular.

4 CONCLUSÃO

Percebeu-se, ao longo de todo nosso trabalho, que as primeiras iniciativas voltadas à educação, ocorreram com os jesuítas, que chegaram ao Brasil para poder catequizar os indígenas, e depois em colégios e seminários instruir a elite e formar seus próprios quadros.

Desde o começo da colonização no Brasil, as mulheres tiveram acesso negado à instrução pública, restou-lhes a educação confessional conduzida nos conventos por freiras, voltados também para filhas “transgressoras” da moral vigente ou rebeldes, sendo desse modo punidas pelos pais.

No campo educacional os primeiros currículos propostos para educação vieram dos jesuítas. Eles se dividiam em dois, um elaborado por Nóbrega, que era voltado para os índios adotados nas missões, e outro para a elite, que tinha no plano Ratio Studiorum a estrutura educativa dos colégios. Infelizmente tivemos a ruptura do sistema educacional, montado por 200 anos, pelas reformas pombalinas, que conduziram a expulsão dos jesuítas, destruindo a instrução no Brasil na época.

Em se tratando da educação para o sexo feminino, da elite, infelizmente por pouco mais de três séculos de XVI à XIX, as mulheres foram excluídas de todo o espaço escolar, já que elas eram consideradas praticamente ligadas ao ambiente doméstico, bem como restritas às atividades da vida privada como procriar, educar os filhos e administrar lar. No segundo Império, com o tempo foi se ampliando a sua importância diante da sociedade, onde a educação passou a lhe ser permitida, porém na Paraíba de então, só até o nível elementar e com conteúdo diferenciado do currículo masculino.

Mas as primeiras mulheres a atuarem no campo educacional, se tornaram imprescindíveis, a exemplo de nosso objeto de estudo, a professora Idalina Margarida de Assunção Meira Henrique, que teve um papel de fundamental importância, inaugurando escola e dirigindo-as, voltadas para meninas em João Pessoa. Seu trabalho foi reconhecido, pois ganhou destaque nos discursos de alguns presidentes provinciais do período dos oitocentos na Paraíba. Ela assumindo função de gestora de estabelecimento privado de ensino, também quebrava os tabus da época, de negar às mulheres a direção administrativa de empresas.

Diante dessa perspectiva, ao longo de dezesseis anos, partindo como base nos relatórios, a professora Idalina foi uma figura que conseguiu se destacar, nas diversas citações feitas à sua pessoa nos relatórios oficiais, fato esse que poucas mulheres conseguiram no século XIX, apesar da predominância do universo masculino.

Um aspecto que pode ter ajudado a referida professora, refere-se a sua origem, por ela ser membro de uma família influente na sociedade paraibana, pois seus familiares adquiriam cargos importantes, como o de governador, deputados, médico e juiz.

Ela inclusive, além de ter seu trabalho à frente da escola, foi beneficiada por não haver sido criada nenhuma escola pública em João Pessoa, entre os anos de 1859 a 1870, voltada para o público feminino, isso era algo determinado em lei, que poderia competir com sua escola privada a Nossa Senhora do Carmo, que funcionou nessa época. A importância de Idalina, todavia, não pode ser negada, pois ao enfrentar o machismo da época, atou em defesa do direito à educação das mulheres à frente de uma escola

particular, não confessional. Isso constituiu uma atitude de grande dedicação, tal postura só poderia ter sido tomada por uma pessoa, que integrasse a elite local como é seu caso, mas em um contexto que é predominado pelo masculino, podemos dizer que praticamente seria humanamente impossível que uma mulher da classe inferior, pudesse ganhar destaque na instrução ou em qualquer esfera pública. Então, podemos dizer que Idalina foi uma das poucas mulheres a proporcionar o desencadeamento do processo de profissionalização feminina do magistério na Paraíba, que se inicia no ensino primário exclusivamente para meninas, mas que vai tomando particularmente o espaço dos homens, pois hoje a profissão do magistério elementar, à época, e hoje fundamental é majoritariamente exercida pelas mulheres.

Nesse sentido Idalina foi uma das pioneiras nesse processo de conquista pela mulher desse espaço profissional, pois ao se dispor a atuar como mestra rompeu com os padrões postos para as mulheres de sua condição social, que as conduziam ao papel de donas de casa. Sua atitude foi vista com respeito e reconhecimento pelo poder local, sendo amparada e valorizada.

Por fim, a minha proposta não foi apenas apresentar a figura da professora Idalina como mais uma mulher que teve uma participação ativa no sistema educacional feminino, mas a de apresentá-la como uma pessoa que participou ativamente da instrução feminina, no intuito de dar visibilidade à profissionalização da mulher no espaço público, quando este era de domínio dos homens. Novos trabalhos devem ser elaborados sobre o tema, já que podemos perceber que quase não há trabalhos atribuídos à professora. Acredito que este deve ser aprofundado, no intuito de descobrir mais sobre a professora que fora tão mencionada nos relatórios dos presidentes de província.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jane Soares de. **Professoras virtuosas; mães educadas: retratos de mulheres nos tempos da república brasileira (séculos XIX/XX)**. Revista HISTEDBR: v. 11, n. 42, ago. 2011. Disponível em: <<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639871>>. Acesso em: 31 out. 2016.

ARAÚJO, Rose de Souza. **A Implantação da escola Normal da Parahyba do Norte Oitocentista: entre o real e o ideal do progresso Social**. In: História da educação na Paraíba: Rememorar e comemorar. João Pessoa; Editora Universitária UFPB, 2012.

ÁVILA, Rebeca Contrera *et al.* **Minha História das Mulheres**. São Paulo: Editora Contexto, 2008, 190 p. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?biw=1708&bih=785&bav=on.2,or.r_cp.&um=1&ie=UTF-8&lr&q=related:qqKE2bVOsQIrNM:scholar.google.com/. Acesso 14 set. 2016.

AZEVEDO, Fernando de. **A cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil**. 4 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1964. Obras completas v. 13.

BERGOZZA, Roseli Maria; LUCHESE, Terciane Ângela. **Escola complementar: primeira escola pública para formação de professores primários na cidade de Caxias do Sul 1930-1961**. 2010. Disponível em: http://www.uces.br/ucs/tplcinfe/eventos/cinfe/artigos/artigos/arquivos/eixo_tematico_5/Primeira%20Escola%20Oficial%20para%20Formacao%20de%20Professores%20Primarios.pdf.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 12ª ed. Rio de Janeiro: Bestrand Brasil, 2014. p. 17-18.

CASTRO, César Augusto; LOPES, Kênia Gomes. **O Ensino público no Brasil no final do século XIX**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. 2002. Disponível em: <<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema4/0465.pdf>> Acesso em: 10 de ago. 2016.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Tradução: Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica, 2009, p. 80.

CURY, Claudia Engler; ANANIAS, Maruricéia; PINHEIRO, Antônio Carlos Ferreira. **A Instrução pública na Parahyba do Norte discursos, falas e relatório de Presidentes da Província (1837-1889)**, João Pessoa, 2012.

_____. MARTINS, Mady de Souza. SILVA, Michelle Lima. **A instrução na Parahyba do Norte Oitocentista: perspectiva acerca da cultura material escolar**. In: História da educação na Paraíba: Rememorar e Comemorar. João pessoa; Editora Universitária UFPB, 2012 p. 109-118.

_____. A escola pública de instrução primária brasileira. Província da Parahyba do NORTE: 1822-1849. **Revista HISTEDBR On-line**, v.13, n.54, mar. 2013. Disponível em: <<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640172>>.

FERRONATO, Cristiano. **A Instrução pública na Parahyba do Norte discursos, falas e relatório de Presidentes da Província (1837-1889)** [recurso eletrônico]. In: CURY Claudia Engler; Ananias, Mauricéia; PINHEIRO, Antônio Carlos F. coleção documentos da educação Brasileira. Vitoria, ES: SBHE/Edunit/ Virtual Livro, 2015.

FRANCA, S. J. Leonel. **O método pedagógico dos jesuítas: o “Ratio Studiorum”:** **Introdução e Tradução**. Rio de Janeiro. Livraria. Agir. Editora, 1952.

FREIRE, Carmen Coelho de Miranda. **História da Paraíba (para uso didático)** João Pessoa: A união Cia. João Pessoa – 1987.

LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano; VEIGA, Cynthia Greive (org.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: 2007. 608p.

LIMA, Maria da Vitória Barbosa. **Incursão sobre a economia paraibana (Século XIX). Sociedade cultura nas províncias do norte historiografia e história sobre o oitocentos**. XVI Encontro Estadual de História. UEPB- Campina-Grande/ Anpuh-PB. Poder, memória e resistência: 50 abis do golpe militar. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/anpuhpb/XVI/paper/view/2563/611> acesso em: 07 set. 2016.

LUGON, Clovis. **A república comunista cristã dos Guaranis 1610-1768**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra. 1977. p. 297-298

MACHADO, Charliton José dos Santos. NUNES, Maria Lucia da Silva. **Mulher e educação: experiência de pesquisa no Histedbr PB**. In: História da educação na Paraíba: Rememorar e comemorar. João pessoa; Editora Universitária UFPB, 2012. 127- 188.

NETO, Alexandre Shigunov; MACIEL, Lizete Shizue Bomura. **O ensino jesuítico no período colonial brasileiro: algumas discussões**. Educ. rev. 2008, n.31, pp.169-189. ISSN 0104-4060. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40602008000100011>> acesso em: 05 ago. 2016.

PAIVA, José Maria de. **Educação Jesuítica no Brasil Colonial**. In: 500 anos de Educação No Brasil. Belo Horizonte: autentica 2007. P. 43-44

PERROT, Michelle. Praticas da Memória Feminina. In: **Revista História de educação no Brasil brasileira**. Ano 1989.

PINHEIRO, Antônio Carlos Ferreira. **A instrução Particular sob a égide do poder público na Província da Parahyba do no Norte (1860 a 1873)**. In: História da educação na Paraíba: Rememorar e comemorar João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2012. p 51- 62.

PINHEIRO, Antônio Carlos Ferreira. **Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba**. Campinas, SP, Universidade de São Francisco, 2002.

RIBEIRO, Arilda Inês Miranda. **Mulheres educadas nas coloniais**. In: 500 anos de Educação no Brasil. Belo Horizonte: autêntica, 2007. p. 79-94.

RODRIGUES, Mêlânia Mendonça. **Traços da profissão docente na província da Pararhyba do Norte (1830-1886)**. In: História da Educação na Paraíba: Rememorar e comemorar João Pessoa; Editora Universitária. UFPB, 2012. p. 27-35.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes**. - 3 ed. São Paulo: Expressão Popular. 2013 p. 199.

SANTOS, Niédja Ferreira dos. **Carmen Coelho Miranda Freire (1912-2003): a biografia de uma educadora a partir de suas práticas de escrita**. Dissertação de Mestrado. UFPB. 2013.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia e política educacional no Império brasileiro**. In: *Anais do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação*. Uberlândia/MG. 2006. Disponível em <http://www2.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/489DermevalSaviani.pdf> acesso em 05 set. 2016

SECO, Ana Paula. AMARAL, Tania Conceição Iglesias do. **Marquês de Pombal e a reforma educacional brasileira**. São Paulo. Unicamp. 2006. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/periodo_pombalino_intro.html. Acesso em: 15 ago. 2016.

STAMATTO, M. Inês S. **Um olhar Na história: a mulher na escola (Brasil: 1549 – 1910)**. 2002. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs> > p. 1- 11. Acesso em 17 set. 2016.

XAVIER, Maria Elizabeth, et.al. **Historia da Educação: a escola no Brasil**. São Paulo: FTD, 1994. (Coleção Aprender e Ensinar).

ZICA, Matheus da cruz e. **Diversificação dos modos de ser masculino e Estatização da violência Masculina na escrita literária e Jornalística de Bernardo Guimarães (1869-1872)**. 2011. 192 f. (Doutorado em História) – Universidade Federal Minas-Gerais, Belo Horizonte.

FONTES HISTÓRICAS

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Coleção das Leis do Império do Brasil**. Brasília: Imprensa Nacional. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio>. Acesso em: 17 set. 2016.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Constituição Política do Império do Brazil (de 25 de março de 1824)**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm. Acesso em: 17 set. 2016.

_____. **Lei de 15 de Outubro de 1827.** Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM-15-10-1827.htm. Acesso em: 17 set. 2016.

RELATÓRIOS DOS PRESIDENTES DE PROVÍNCIA DA PARAHYBA DO NORTE. Relatório que á Assembléa Legislativa da Parahyba do Norte apresentou na sessão ordinária de 1842 o excellentissimo presidente da mesma provincia, Pedro Rodrigues Fernandes Chaves. Pernambuco. Typ. de M.F. de Faria, 1842. Disponível: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/569/000012.html>. Acesso em: 28 ago. 2016.

_____. Discurso recitado pelo excellentissimo senhor Ricardo José Gomes Jardim, presidente da provincia da Parahyba do Norte, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial no dia 4 de agosto de 1843. p. 16-17 Pernambuco, Typ. de M.F. de F., 1843. Disponível: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/570/000017.html>. Acesso: em 28 ago. 2016.

_____. Relatório apresentado ao Illm. e Exm, Sr, Dr. Ambrozio Leitão da Cunha no acto de tomar posse do cargo de Presidente da Provincia da Parahyba do Norte por Henrique de Beaurepaire Rohan, 4 de junho de 1859. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u497/000014.html>. Acesso: 29 ago. 2016.

_____. Relatório apresentado a Assembleia Provincial Legislativa da provincia da Parahyba do Norte no dia 1 de agosto de 1861 pelo presidente, dr. Francisco d'Araujo Lima. Parahyba, Typ. de José Rodrigues da Costa, 1861. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/588/000052.html>. Acesso em: 29 ago. 2016.

_____. Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte, no dia 31 de maio de 1862, pelo presidente, dr. Francisco d'Araujo Lima. Parahyba, Typ. de J.R. da Costa, 1862. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/590/000114.html>. Acesso: 30 ago. 2016.

_____. Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte, no dia 31 de maio de 1862, pelo presidente, dr. Francisco d'Araujo Lima. Parahyba, Typ. de J.R. da Costa, 1862. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/590/000110.html>. Acesso em: 01 set. 2016.

_____. Relatório apresentado á Assembléa Legislativa da provincia da Parahyba do Norte em 20 de setembro de 1858 pelo presidente, Henrique de Beaurepaire Rohan. Parahyba, Typ. de José Rodrigues da Costa, 1858. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/585/000036.html>. Acesso: 15 ago. 2016.

_____. Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo 1.o vice-presidente, exm. sr. dr. Felisardo Toscano de Brito, em 3 de agosto de 1866. Parahyba, Typ. Liberal Parahybana, 1866. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/594/000108.html>. Acesso em: 01 set. 2016.

_____. Relatório apresentado a Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo 2.o vice-presidente, exm. sr. barão de Marau em 5 de agosto de 1867.

Parahyba, Typ. Liberal Parahybana, 1867. Disponível em:
<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/595/000022.html>. Acesso em: 02 set. 2016.

_____. Relatório com que S. Exc. O Sr. Dr. Silvino Elvidio Carneiro da Cunha, 1.º Vice- Presidente, Passou a administração da Província da Parahyba do Norte ao Benicio José de oliveira Lisbôa. Em 11 de junho de 1869. Disponível:
<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u509/000072.html>. Acesso em: 02. Set. 2016.

_____. Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo exm. sr. presidente da provincia, dr. Venancio José d'oliveira Lisbôa, em 17 de fevereiro de 1870. Parahyba, Typ. Conservadora, 1870. Disponível:
<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/597/000026.html>. Acesso em: 16 out. 2016.

_____. Relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo presidente, exm. sr. dr. Manoel Ventura de Barros Leite Sampaio, em 4 de outubro de 1882. Parahyba, Typ. do Commercio, 1882. Disponível em:
<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/608/000024.html>. Acesso em: 17 out. 2016.

UNICAMP. Histedbr. **Ato Adicional de 1834**. Verbete elaborado por Antônio Paulo Castanha. Disponível em:
http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_ato_adicional_1834%20.htm. Acesso em: 17 set. 2016